



Revista Organizações & Sociedade  
2026, 33(114), 001-036

© Autor(es) 2026

Seção: Artigo

DOI 10.1590/1984-92302025v33n0003PT

e-location: ev33n0003PT

eISSN 1984-9230 | ISSN 1413-585X

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:

Letícia Dias Fantinel

Recebido: 29/12/2024

Aceito: 22/08/2025

# Heterotopias na História do Parque Municipal de Belo Horizonte: da Moradia do Zelador a um Espaço Multiuso Inacabado

Marcos Paulo de Oliveira Corrêa<sup>a</sup>

Paula Gontijo Martins<sup>b</sup>

Gabriel Farias Alves Correia<sup>c</sup>

Alexandre de Pádua Carrieri<sup>d</sup>

<sup>a</sup> SKEMA Business School, Belo Horizonte, Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Brasil

<sup>c</sup> Universidade Federal Fluminense, Macaé, Brasil

<sup>d</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

## Resumo

Os espaços urbanos públicos, como os parques, estruturam as dinâmicas e complexas paisagens das cidades. Permeados e influenciados pelo processo histórico das sociedades, esses lugares acolhem uma variedade de finalidades, atendendo às necessidades e interesses de seus frequentadores. Nesse contexto, emergem as possibilidades heterotópicas, compreendidas como fenômenos que se manifestam nos espaços-tempo, favorecendo ou fomentando práticas que rompem ou ressignificam a produção do espaço social. Sob esse arcabouço teórico, o objetivo do artigo é apreender os processos heterotópicos que emergiram na produção e organização histórica de um espaço social no interior do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado em Belo Horizonte/MG. Propomos uma abordagem analítica fundamentada nos princípios das heterotopias

de Foucault (2013), complementada pelas perspectivas teóricas de Lefebvre (1974) e De Certeau (1994). Argumentamos que a reprodução do espaço social é marcada por táticas e estratégias que transcendem os âmbitos formais, institucionais e moralmente aceitos, dando origem a “espaços outros” que desafiam e reconfiguram as estruturas hegemônicas concebidas pelos detentores do poder. Ao distanciarmos de uma visão generalista, nos concentramos na análise de um parque urbano público e, mais especificamente, em um espaço eminentemente heterotópico dentro dele. Investigamos suas características e percurso histórico, alinhando-nos à abordagem proposta por Martins, Corrêa e Carrieri (2023), que ressalta a relevância da chamada “administração menor”. Essa perspectiva, centrada no cotidiano, enfatiza as fissuras e os pontos de fuga criados pelas ações das pessoas comuns.

**Palavras-chave:** espaço social; heterotopias; concebido-percebido-vivido; táticas; estratégias.

## Heterotopias: possibilidades de imbricações no espaço-tempo

As transformações dos espaços organizacionais, os diversos modos de uso e desuso ao longo do tempo, as complexas interações sociais que moldam esses ambientes e as práticas que buscam desviar ou contestar o âmbito formal ali instituído podem, em conjunto, reunir características socioculturais e econômicas que revelam as dinâmicas de relacionamento de determinados grupos sociais e as redes de poder que os permeiam (Burrell & Dale, 2014; Stephenson *et al.*, 2020; Brantner, Rodríguez-Amat & Belinskaya, 2021; Martins, Corrêa & Carrieri, 2023; Leone, 2023). O espaço social é reproduzido por facetas múltiplas, assim como são múltiplos os conflitos que ocorrem paralelamente à apropriação desse espaço, que é temporário, móvel, por vezes imaginário e está em constante (re)construção. Assim, é possível analisar a produção de um espaço público sob a ótica das heterotopias. Estas nos colocam em contato com complexidades e, tal como proposto por Valverde (2009), Waring e Bishop (2018), Kahraman, Pak e Scheerlinck (2018), Çalişkan, Cihanger e Tümtürk (2020) e Sancino *et al.* (2024), problematizam diversos usos naturalizados em nosso cotidiano e no espaço organizacional.

Seguindo o que Foucault (2013) propôs, podemos considerar as utopias e as heterotopias como duas formas significativas de posicionamento cultural e espacial. Se o espaço utópico é associado ao horizonte, isto é, a uma sociedade idealizada e irreal, o heterotópico está relacionado à expressão concreta de uma cultura. Enquanto as utopias ocupam o espaço da consolação, permitindo-nos acessar livremente um campo onírico e maravilhoso, as heterotopias geram inquietação e incômodo. Isso ocorre porque, ao ocupar o espaço do real, as heterotopias revelam um mundo justaposto, superposto ou fragmentado.

As heterotopias podem ser compreendidas como possibilidades imbricadas nos espaços-tempo, favorecendo ou fomentando práticas que rompem ou ressignificam a produção do espaço social. São esses espaços-tempo que demonstram fissuras, quebras, cortes e desvios na rota tradicional ou dominante. Conforme proposto por Magalhães (2015), Lazăr (2023) e Sancino *et al.* (2024), esses espaços desestabilizam o padrão estabelecido e possibilitam a reconfiguração do meio em que nos situamos. Eles representam tentativas concretas de escape e resistência diante das formas predominantes de disciplinamento e controle que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea. São lugares reais, imbuídos de subjetividades, que desafiam as normas estabelecidas ao coexistirem e, frequentemente, contradizerem os espaços institucionalizados. Em

sua essência, as heterotopias manifestam a capacidade de subverter e reconfigurar as dinâmicas sociais e espaciais, proporcionando ambientes em que a multiplicidade de experiências e percepções cria formas de interação e de produção de sentido, rompendo com as limitações impostas pelas estruturas dominantes (Waring & Bishop, 2018).

Ao se debruçar sobre as possibilidades da denominada heterotopologia, Foucault (2013) desenvolve seis princípios que contribuem para a identificação e a compreensão dos espaços heterotópicos. Esses princípios podem ser resumidos da seguinte forma: 1) todas as sociedades produzem suas heterotopias; 2) as heterotopias, ao longo da história, evoluem e se transformam; 3) uma heterotopia justapõe espaços e tempos que podem ser incompatíveis entre si; 4) a heterotopia também acompanha uma heterocronia, ou seja, uma dimensão temporal; 5) uma heterotopia é um lugar nem totalmente fechado nem completamente aberto; e, por fim, 6) na heterotopia, os lugares relacionados são, ao mesmo tempo, representados, contestados e invertidos. Para tanto, esses princípios são considerados nesse artigo como categorias analíticas que descrevem os possíveis caminhos de investigação das heterotopias analisadas, contestando firmemente quaisquer formas de homogeneização ou padronização do espaço social estudado.

Para Gallo (2015, p. 438-440), além do significado das heterotopias estar atrelado a um “efeito de linguagem”, também podem ser descritas como funções espaciais e cronológicas. As heterotopias se distinguem das utopias, uma vez que, enquanto estas se referem a possibilidades irreais, aquelas fazem alusão a possibilidades reais, implicando “um espaço que está aí, mas que é um espaço outro”. Em outras palavras, as heterotopias são lugares reais, marcados por subjetividades, que podem coexistir e contradizer os espaços institucionalizados. Essa noção contrapõe-se às estruturas institucionalizadas, frequentemente estudadas por uma perspectiva singular e rígida. No momento em que estas se sustentam por meio de normas e hierarquias formais que moldam comportamentos e práticas, as heterotopias abrigam espaços dinâmicos e ambíguos, em que a pluralidade de significados e funções desafia as definições impostas. O espaço público é frequentemente investigado por meio de questões sobre a quem ele é destinado, quão público ele realmente é, até que ponto possibilita a coexistência de diferentes identidades e quais elementos o definem como verdadeiramente público. No campo da arquitetura, por exemplo, esse lugar assume um papel fundamental, funcionando como uma plataforma que possibilita a interação social, a troca cultural e o engajamento entre os indivíduos (Muzzio & Muzzio-Rentas, 2008; Shane, 2008; Tekinalp & Şentürer, 2024).

As transformações de um espaço público, nesse contexto, podem servir de insumos para a análise da sociedade, as quais se desdobram em fragmentos, atributos, atitudes e práticas dos indivíduos, demarcando os espaços-tempo, os quais estão essencialmente ligados à reprodução das relações sociais. O espaço social é uma produção social, e, nesse processo, indivíduos e organizações se estabelecem e, constantemente, (re)imaginam e (re)criam os seus espaços, incorporando possibilidades heterotópicas contraditórias ou inesperadas. A noção que se propaga, então, é que a sociedade produz seu próprio espaço, tanto material quanto simbólico, por meio da interação entre indivíduos, instituições e práticas sociais. Da vida urbana e da produção de seus espaços, sejam eles apreendidos como “concebidos”, “percebidos” ou “vividos”, tal como proposto por Lefebvre (1974), ou observados a partir das “estratégias” e “táticas” pelas quais os indivíduos e as instituições operam dentro de estruturas sociais, conforme estudado por De Certeau (1994), depreendem-se os

encontros, os confrontos, as diferenças, e, também, as rotas de escape ao formalmente instituído, ou seja, as “heterotopias”, tal como proposto por Foucault (2013).

Para Lefebvre (1974), a vida na cidade não decorre apenas da configuração física da urbe, mas sobretudo das dinâmicas sociais que nela se manifestam – múltiplas, instáveis e marcadas por tensões entre o mental, o cultural, o social e o histórico. Os espaços outros, tal como estudado por Foucault (2013), subvertem a lógica dominante inscrita no espaço “concebido” por aqueles detentores do poder, revelando fissuras, resistências e contradições expressas no que é vivido e percebido cotidianamente pelos sujeitos. As manifestações heterotópicas iluminam instabilidades e controvérsias que tensionam a ordem instituída, evidenciando a pluralidade de sentidos e experiências atribuídas a um mesmo espaço urbano. Ainda, conforme explorado por De Certeau (1994), essa produção do espaço se dá por meio da tensão entre estratégias, operadas por instituições e estruturas de poder que delimitam usos e significados formais dos espaços, e táticas, práticas criativas, muitas vezes silenciosas, por meio das quais os indivíduos subvertem, adaptam ou desviam tais delimitações. Essas táticas, enraizadas no cotidiano, revelam formas de resistência que desestabilizam a rigidez das estratégias instituídas, permitindo que o espaço seja vivido de maneira múltipla, ambígua e insurgente.

Sob o arcabouço teórico, o objetivo desse artigo é apreender os processos heterotópicos que emergiram na produção e organização histórica de um espaço social no interior do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado em Belo Horizonte/MG. Ao examinarmos o percurso histórico deste local, propomos uma abordagem analítica que se baseia, sobretudo, nos princípios das heterotopias de Foucault (2013), complementada pelas perspectivas teóricas de Lefebvre (1974) e De Certeau (1994). Argumentamos que a reprodução do espaço social é marcada por táticas e estratégias que transcendem o âmbito formal, institucional e moralmente aceito, dando origem a “espaços outros” que desafiam e reconfiguram as estruturas hegemônicas concebidas pelos detentores do poder. O Parque, integrante do patrimônio cultural de Belo Horizonte e de Minas Gerais, concentra uma rica diversidade de saberes e relações de poder.

Foucault (2013), assim como Lefebvre (1974) e De Certeau (1994), destaca a existência de práticas sociais que tensionam e justapõem o espaço formal, institucional ou moralmente aceito, promovendo a (re)produção de outros espaços que escapam à lógica hegemônica da sociedade. Embora cada um desses autores adote perspectivas teóricas distintas, seus trabalhos convergem na reflexão crítica sobre o poder, a produção do espaço urbano e as múltiplas formas de organização social, permanecendo como referências fundamentais nos debates contemporâneos.

Com base nesse referencial, buscamos explorar categorias analíticas complementares que ampliam nossa lente interpretativa. Em especial, destacamos os contrapositionamentos decorrentes da articulação entre as dimensões do “concebido, percebido e vivido”, propostos por Lefebvre (1974), bem como entre as “estratégias” e “táticas” descritas por De Certeau (1994). Tais categorias nos auxiliam a compreender as disputas simbólicas e materiais que configuram os espaços urbanos, revelando práticas de apropriação, resistência e ressignificação por parte de indivíduos e coletivos.

Essa estrutura analítica sustenta a investigação proposta nesse trabalho, permitindo-nos interpretar a constituição do Parque Municipal como um espaço social atravessado por múltiplas racionalidades, práticas e narrativas. O cotidiano que ali se desenha revela-se complexo e singular,

abrindo caminho para abordagens nos estudos organizacionais que valorizam a heterogeneidade de atores, temporalidades e formas de ocupação e significação dos lugares.



**Figura 1.** Representação das manifestações heterotópicas, considerando a tríade “concebido-percebido-vivido”, as táticas e as estratégias na produção do espaço social

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Lefebvre (1974), De Certeau (1994) e Foucault (2013).

A relevância do estudo reside no fato de revelar as múltiplas transformações e ressignificações ocorridas ao longo da trajetória do Parque. Destacamos as heterotopias que emergem como respostas às estratégias de controle implementadas pela gestão pública, adaptando-o às dinâmicas do espaço urbano. Esses processos de transformação, tais como explorados por Chaves e Aquino (2016) no Parque Ibirapuera, em São Paulo, sugerem a possibilidade de justaposições e deslocamentos em relação às redes de poder que atravessam as formas de controle dos espaços constitutivos do parque. Dessa forma, esses autores revelam a complexidade das interações entre o parque e o ambiente urbano, bem como as tensões subjacentes que surgem entre o valor da preservação cultural e as demandas contemporâneas de gestão e uso.

O *corpus* documental constituído para essa pesquisa apresenta enunciações permeadas por possibilidades heterotópicas que emergem dos mecanismos de governo e de controle vigentes em diversos contextos, demonstrando, desde o início da análise, que o Parque é um produto genealógico social. Como tal, representa um espaço público e social com raízes históricas e culturais que podem ser rastreadas e analisadas ao longo do tempo. Ao refletir as prioridades e valores de uma sociedade em constante transformação, ele carrega construções culturais, significados e narrativas que expressam as mudanças ocorridas nos últimos séculos. Nesse contexto, é possível analisarmos as heterotopias que se sobrepõem e se adaptam ao longo do tempo, configurando-se como espaços que desafiam os conceitos tradicionais de tempo, espaço e comportamento. Esse procedimento foi realizado a partir das contribuições de autores que desenvolveram, nos Estudos Organizacionais, trabalhos com Decker (2013), Lipartito (2014), Barros (2023) e Tennent e Gillet (2023).

No que tange aos Estudos Organizacionais (EO), é importante ressaltar que estudos sobre formas não hegemônicas de “ocupação” da cidade podem ser encontradas nos estudos sobre

espaços públicos urbanos, mais concentrados no tema das cidades (Burrell & Dale, 2014; Vaujany & Vaast, 2014; Saraiva, 2019, 2020; Cnossen *et al.*, 2020; Stephenson *et al.*, 2020; Gomes *et al.*, 2021; Leone, 2023; Saraiva, 2023; Saraiva & Silva, 2024; Sarayed-Din & Saraiva, 2024; Dacin *et al.*, 2024) e também, de forma relacionada ou não, nos estudos sobre o cotidiano de pessoas comuns, mais especificamente, sobre o arcabouço do conceito de gestão ordinária (Carrieri *et al.*, 2018; Gouvêa *et al.*, 2018; Correia & Carrieri, 2019; Martins *et al.*, 2023; Fujimori & Ichikawa, 2023; Klotzovksi & Ichikawa, 2024).

Sobre os EO que problematizam a urbes, Saraiva (2019), no livro *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*, faz um grande percurso sobre a história de estudos e publicações na área e subdivide o tema em três grandes constructos: 1) estudos sobre territorialidades, processos de formações, e diferenças entre elas; 2) sociabilidades, simbolismos e culturas, ressaltando a necessidade de discussão desses termos sempre no plural; e 3) desigualdade social e segregação urbana, confrontando o espaço produzido e vivido, evidenciando, segregações, exclusões e pagamentos inerentes aos conglomerados urbanos no capitalismo. São muitos os estudos realizados e a riqueza de contribuições, como podemos verificar nas indicações bibliográficas do próprio livro, bem como em publicações posteriores, como Saraiva e Ipiranga (2020), Saraiva (2020), Gomes, Cardoso e Domingues (2021), Saraiva e Da Silva (2024), Sarayed-Din e Saraiva (2024). No entanto, faz-se importante ressaltar que são escassos os estudos focados em gestão de parques, como indicam Santos, Nascimento e Regis (2019) e Santos *et al.* (2023). Segundo os autores, há demanda teórica sobre as dinâmicas de produção, os entraves e dificuldades, bem como as oportunidades vivenciadas nessas experiências de gestão específicas.

Apesar de beber das contribuições dos estudos indicados acima, optamos por integrar as discussões sobre o cotidiano nos EO. Além de buscar trabalhar o tema parque sob a perspectiva da complexidade da construção cotidiana das pessoas comuns, alinhamo-nos à abordagem teórica proposta pelo conceito da *administração menor*, como explorado por Martins, Corrêa e Carrieri (2023), Martins (2021) e Carrieri e Correia (2020). A partir dessa abordagem, ressaltamos o potencial imanente da vida e a necessidade de se expandir em atenção e cuidado as forças e formas de atuação até então não autorizadas. Ou seja, com o foco no território parque, vislumbramos destacar as invenções, as fugas, o não planejado, o inesperado, bem como Foucault em suas heterotopias.

Com referência ao conceito de *literatura menor*, desenvolvido por Deleuze e Guattari (1977), o termo *menor* aqui não indica uma importância inferior. O termo *menor* brinca com seu significado, dando ênfase às forças e intensidades singulares, que permeiam as micropolíticas cotidianas. Entendendo a diversidade e a multiplicidade de formas de organizar que compõe o cotidiano, o corriqueiro e o tido como sem importância, mas também o que é real, fático, vital e localizável na vida das pessoas comuns, a administração menor busca identificar as linhas de fuga, as forças e ações que diferem, que criam, que inventam novas rotas, e que assim potencializam novas formas de ser e de se organizar em coletivo. Dentro do conceito de *administração menor*, elencamos cinco possibilidades outras de organização que dialogam com as heterotopias revolucionárias de Foucault:

1. Aposta na potência, e não no problema/falta. Observação atenta ao que move o desejo e a vontade; de onde emana a força de ação do grupo em questão e sua capacidade inventiva.

2. Aposta nos saberes múltiplos, na diversidade de possibilidades de entradas e saídas, nas diversas possibilidades de invenção da vida e de soluções cabíveis.
3. Aposta no corpo sensível ao que permite que a vida continue em composição (fazer em coletivo), e não apenas em função/organização instrumental (relação meios-fins).
4. Aposta no coletivo e na construção de um comum que potencialize as relações humanas em outro sistema de valores, como nas trocas que não estão baseadas na acumulação.
5. Aposta à bússola ética sustentável, atenta à integração de todos os seres vivos para além do humano.

Dessa forma, com foco na vida que acontece no parque, por meio de abordagem arqueo-genealógica e analítica foucaultiana, o artigo busca contribuir para o levantamento de outras formas de estar e conviver que tensionam, expandem e reelaboram as práticas convencionais do universo administrativo e, assim, explicitar o que foge, ao que escapa às organizações binárias e funcionalistas, ao que escapa à colonização de nossas forças vitais de criação e transcrição nas relações micropolíticas do cotidiano.

A estrutura proposta para o artigo contempla, na introdução, o percurso metodológico adotado, explicitando a correlação entre o conceito de heterotopia e a abordagem arqueo-genealógica foucaultiana. Posteriormente, são apresentadas as possibilidades heterotópicas identificadas no Parque. Com foco em uma área específica, conhecida como área do Colégio IMACO, ressaltamos as camadas e sobreposições inacabadas que evidenciam as distâncias entre o concebido, o percebido e o vivido (Lefebvre, 1974). Além disso, analisamos as estratégias e táticas de sobrevivência (De Certeau, 1994) que desafiam e reformulam a ocupação da região originalmente planejada. Assim, buscamos articular conceitos fundamentais sobre a organização espacial e evidenciar, em nosso cotidiano, *administrações menores* de “ocupação” da realidade.

### *O processo de pesquisa e a constituição do corpus para a pesquisa*

Conforme abordado por Lashchuk (2024), as heterotopias podem ser compreendidas a partir da linguagem utilizada pelos indivíduos e das formas de uso que eles estabelecem. Essa linguagem não apenas define os espaços de atuação, mas também contribui para a construção de categorias identitárias que moldam as interações sociais e demarcam fronteiras, tanto simbólicas quanto práticas, nesses espaços. Para Hernández e Marques (2022), a reformulação de espaços e identidades possibilita a justaposição de diferentes configurações espaciais em um único local, permitindo a coexistência de elementos que, em outras circunstâncias, poderiam parecer incompatíveis. Esses espaços assumem múltiplas formas e funções, se adaptando e se transformando de acordo com as práticas sociais ali estabelecidas. Assim, eles se moldam a partir das interações e necessidades dos grupos sociais que os utilizam, tornando-se locais de coexistência e hibridização, em que identidades e significados diversos surgem, resistindo e se contrapondo aos limites impostos pelos contextos institucionais.

Ao promover o convívio de diferentes formas de apropriação e uso do espaço, esses locais favorecem o surgimento de narrativas alternativas e, por vezes, contraditórias, dando voz a grupos e práticas frequentemente marginalizados em contextos mais regimentados. Essa abertura à diversidade de experiências e perspectivas contribui para a construção de espaços mais democráticos e inclusivos, nos quais a multiplicidade cultural e social integra o ambiente urbano.

Nesse sentido, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, analisado como um espaço heterotópico, revela complexidades que problematizam os comportamentos sociais e organizacionais, criando – ou não – oportunidades para práticas de liberdade e resistência. Para Foucault (2013), a emancipação dos indivíduos está vinculada a novas articulações de forças entre saber e poder que promovem práticas capazes de alimentar dinâmicas de poder “desindividualizadas” “múltiplas” e “deslocadas”. Essas configurações permitem a criação de espaços onde as relações de poder se tornam menos centralizadas e mais difusas, fomentando ambientes de autonomia e diversidade que subvertem os mecanismos tradicionais de controle e disciplinamento.

Essas dinâmicas possibilitam a descentralização das relações de poder, permitindo que indivíduos e coletivos experimentem e exerçam formas de autonomia que desafiem os modelos normativos de disciplinamento. Esses “outros lugares” têm o potencial de confrontar as práticas organizacionais, oferecendo experiências que se opõem à ordem e ao controle centralizados. Assim, eles manifestam novas formas de organização e convivência, em que processos de subjetivação e resistência encontram espaço para se expressarem e se desenvolverem.

Nossa proposta foi estudar os mais diversos tipos de documentos na composição de um arquivo, por meio de análises e categorias detalhadas que serão apresentadas adiante. Fundamentada na intenção arqueo-genealógica que orienta a pesquisa, foi necessário construir um arquivo próprio e específico, que servisse como fonte para a análise dos enunciados ali presentes. Por meio da abordagem arqueo-genealógica foucaultiana, buscamos alinhar os discursos ao seu contexto histórico e genealógico, analisando o objeto sob a ótica do discurso e compreendendo as diferentes enunciações que compõem sua história.

Os discursos analisados revelam, por um lado, múltiplas verdades sobre os acontecimentos e, por outro, apontam para as possibilidades nas relações entre poder e saber, demonstrando como essas interações moldam o espaço público, que é resultado de um emaranhado de práticas sociais historicamente constituídas.

A construção do arquivo, conforme exploram Aquino e Val (2018), compreendeu diferentes materialidades enunciativas, como documentos oficiais, atas, reportagens, legislações, fotografias, plantas, relatórios e registros iconográficos, provenientes de acervos institucionais diversos, incluindo o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG).

Para essa organização, seguimos três etapas fundamentais: a definição do *corpus* de análise, a ordenação discursiva dos documentos e, por fim, o processo de arquivização. Esse último consiste em identificar os pontos de inflexão que possibilitaram mudanças nas regras de veridicção. Nesse contexto, o trabalho do pesquisador envolve apreender, ao longo de uma série histórica extensa, as possíveis racionalidades subjacentes ao que foi dito, evidenciando o processo de acontecimentalização (arquivização). Os acontecimentos que sugerem desvios ou rastros heterotópicos reproduzem ressonâncias, modificando as relações de veridicção.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), uma das principais fontes de materiais analisados nessa pesquisa, é fruto de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio documental do município. Entre abril e maio de 2023, realizamos contatos por e-mail e visitas presenciais, durante as quais tivemos acesso a diversos documentos e fundos, incluindo



diversos cadernos com registros de presença, atas e termos de posse da comissão consultiva do parque (1992-1995), bem como atas avulsas das reuniões realizadas entre 1993 e 2003. Outros documentos como o regulamento de uso do parque (1997-2000), o levantamento socioambiental (2001), o projeto de irrigação automática (2002), o plano de ação e relatórios gerenciais (2002), o relatório do Programa Agenda 21 (1999-2000) e o levantamento do patrimônio histórico-cultural (2002) forneceram subsídios fundamentais à análise foucaultiana dos enunciados institucionais. Foram também incluídos materiais iconográficos e textuais, como a história em quadrinhos “Belinho – Parque Municipal” (1997), o Clipping de reportagens sobre o Parque e o Programa Parque 21 (2003-2004), além dos negativos fotográficos numerados (1143, 1144, 1177, 1247 e 1267, sem data). Documentos como a “Discreta justificativa ou retrato de compromissos” (1999-2003), o caderno “Levantamento das Ações de BH relacionadas com a Agenda 21” (2005) e as pastas do “Seminário Agenda 21” também foram fundamentais para identificar pontos de inflexão discursiva, disputas simbólicas e reconfigurações espaciais que apontam para a constituição das manifestações heterotópicas no interior do parque.

Além desses documentos, consultamos o livro *Parque Municipal: crônica de um século*, produzido e publicado pela Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) após uma reforma administrada pela empresa no Parque em 1950. A obra, composta por seis capítulos organizados cronologicamente, traça a identidade do Parque desde sua idealização romântica durante a construção da capital, passando por sua trajetória ao longo do século XX, até a intervenção paisagística conduzida pela CVRD como parte de seu “projeto a favor do parque”. Essa intervenção incluiu uma revitalização paisagística feita pela empresa.

A segunda etapa da formação do *corpus* do arquivo englobou a pesquisa no acervo iconográfico digital do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB). Dentre os materiais analisados, foram acessados documentos de natureza iconográfica, textual e cartográfica que contribuíram para a reconstrução histórica e discursiva do Parque Municipal Américo Renê Giannetti. As reportagens diversas sobre eventos ocorridos no parque, publicadas entre 1975 e 2008, compuseram um acervo relevante para compreender as representações midiáticas e sociais atribuídas ao espaço ao longo das décadas. A dissertação de mestrado intitulada “Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados”, de autoria de Aurino José Góis (2003), também foi incorporada ao corpus, oferecendo interpretações acadêmicas valiosas sobre os usos e significações do parque em diferentes contextos históricos. Ademais, documentos cartográficos como o Projeto Geral do Parque (datado de 24/12/[189?]) e a Planta Geral da Cidade de Minas, elaborada a partir da planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte (sem data), foram fundamentais para a análise da concepção original do espaço e das transformações urbanísticas posteriores, permitindo tensionar as noções de espaço concebido, percebido e vivido, conforme Lefebvre (1974).

Também consultamos o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), no qual pudemos consultar documentos essenciais para a compreensão das políticas de preservação e dos tensionamentos recentes envolvendo o uso do espaço do Parque Municipal Américo Renê Giannetti. O processo de tombamento estadual do conjunto paisagístico do parque, formalizado em 13 de março de 1975, constitui uma das principais fontes de caráter iconográfico e textual que integra o corpus documental da pesquisa, sendo fundamental para entender os marcos legais e simbólicos que moldaram a relação entre o parque e o poder público

ao longo das décadas. Complementarmente, a Nota Técnica referente à Análise do Plano Diretor, produzida entre agosto de 2015 e agosto de 2016, trouxe elementos atualizados sobre os embates em torno de intervenções urbanísticas recentes na área do parque. Ambos os documentos foram incorporados à análise como enunciados que expressam regimes de veridicção e disputas de autoridade sobre o espaço urbano, colaborando diretamente para a identificação de práticas institucionais e resistências que se relacionam às formas contemporâneas de heterotopia.

A fim de complementar as fontes documentais arquivísticas e aprofundar a compreensão dos atores e decisões institucionais envolvidos nas transformações do Parque Municipal Américo Renê Giannetti, foi realizada a consulta à legislação municipal referente ao período de 1944 a 2008. Esse recorte temporal abrange desde a criação do Instituto de Belas Artes de Belo Horizonte, que marca a instalação da Escola Guignard no espaço do parque, até a revogação da Lei nº 1.538/1968, que anteriormente proibia edificações na área reservada ao Parque Municipal. A legislação analisada, composta por decretos, leis e deliberações, revelou os sucessivos processos de institucionalização, reestruturação e, posteriormente, de desmonte do Colégio IMACO, bem como as disputas em torno da destinação do espaço. Esses normativos foram fundamentais para identificar os deslocamentos legais e simbólicos no uso do território do parque, permitindo rastrear os embates políticos e os mecanismos jurídico-administrativos que sustentaram ou tensionaram a preservação e a apropriação do espaço ao longo do tempo.

Reportagens veiculadas na imprensa de Belo Horizonte sobre o Parque Municipal constituíram uma parte fundamental do *corpus*. Foram analisadas matérias publicadas entre 1958 e 2024, veiculadas em jornais impressos como *Diário da Noite*, *Diário de Minas*, *Estado de Minas*, *Hoje em Dia*, *O Tempo*, *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*, além de fontes digitais como Portal G1, Blog da Cidinha e documentos da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Os conteúdos abordaram desde a instalação da Escola Guignard no parque (“A Escola de Guinard”, 1958), passando por denúncias de abandono (“Coreto tombado está abandonado”, 1988), tentativas de revitalização (“Parque Municipal vai Receber Espaço Multiuso”, 2013), até a paralisação das obras do Espaço Multiuso, em matéria publicada em 2024. Esses enunciados revelaram disputas narrativas e práticas institucionais que atualizam, tensionam e redirecionam o uso e o sentido do parque ao longo do tempo. Incorporadas à analítica foucaultiana adotada nesse estudo, tais reportagens funcionam como dispositivos discursivos que contribuem para compreender a emergência de novas racionalidades espaciais, bem como para identificar rastros heterotópicos aqui analisados.

Além das matérias consultadas no MHAB, realizamos buscas na internet para incorporar notícias sobre intervenções no Parque até meados de 2024. Esse recorte incluiu os acontecimentos mais recentes relacionados às alterações no espaço do Parque.

Antes de iniciar as análises do arquivo, dedicamos diversos dias à exploração dos espaços do Parque. Como sugerido por De Certeau (1994), é preciso andar, conhecer e reconhecer. Esse processo nos permitiu alcançar uma compreensão mais profunda e sensível do Parque, ultrapassando as aparências e nos aproximando das dinâmicas cotidianas que o constituem. O ato de caminhar revelou não apenas aspectos físicos e históricos do local, mas também as práticas sociais, as interações e os modos de uso que, em conjunto, formam o tecido simbólico e experiencial do Parque.

## Possibilidades heterotópicas: camadas e sobreposições inacabadas no Parque

### *A história dos parques e o Parque Municipal Américo Renné Giannetti*

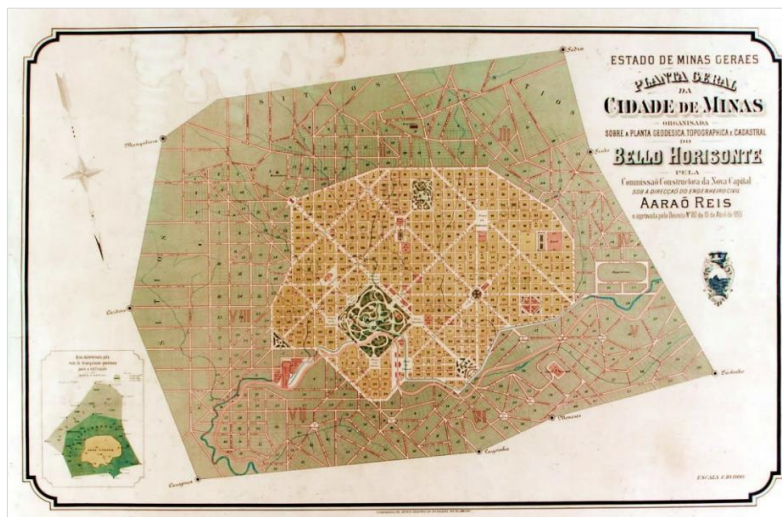
Os espaços urbanos públicos, entre os quais se incluem os parques, estruturam as dinâmicas e complexas paisagens citadinas. Permeados e influenciados pelo processo histórico das sociedades, esses lugares têm diversas finalidades das quais usufruem os seus frequentadores. Como pontua Cranz (2000), uma importante lição da história dos parques é que sua constituição reflete os objetivos sociais, as ideologias do contexto e as diversas atitudes subjacentes à cidade em que estão inseridos. Os parques foram fundamentais para a transformação das civilizações e para o papel exercido pelos espaços públicos. Conforme propõem Paula e Caser (2020), na França, por exemplo, os parques projetados por Haussmann contribuíram para a formulação de novos conceitos de cidade em um panorama de modernização. Já nos Estados Unidos, o Central Park, projetado por Olmsted, promoveu maior interligação entre edificações e áreas livres. Ambos os projetos foram concebidos na segunda metade do século XIX.

No contexto brasileiro, a chegada da família real portuguesa e a influência dos colonizadores no início do século XIX contribuíram para a construção dos parques no país. Nesse período, o estilo europeu predominava nesses empreendimentos. Contudo, devido ao cenário colonial, que se distanciava das redes urbanas já estabelecidas na Europa, os parques inicialmente construídos serviam como complemento aos espaços ocupados pelas elites que exploravam o país.

A construção de Belo Horizonte, projetada para ser a nova capital do Estado de Minas Gerais no final do século XIX, foi profundamente influenciada pela ascensão do regime republicano no Brasil. Julião (2011) observa que, nesse momento de transição, sentimentos de saudosismo e encantamento permeavam o processo de edificação da nova cidade-capital. Esses sentimentos refletiam um anseio coletivo por transformação, acompanhados por expectativas de um novo início e de tempos promissores. O período foi marcado por um desejo de ruptura com o passado colonial e monárquico, projetando um futuro modernizador em que a nova capital emergia como símbolo de progresso e renovação, apresentando elementos que ressoavam tanto com a tradição quanto com a modernidade aspirada pela sociedade da época. Nesse cenário, destacava-se a pretensão de erguer uma cidade que simbolizasse a modernidade, substituindo os vestígios do domínio colonial e da influência monárquica que marcavam Ouro Preto.

Nesse contexto, a figura de Bernardo Pinto Monteiro (1857-1924), quinto prefeito de Belo Horizonte e governante entre 1899 e 1902, assume um papel central ao articular uma visão de modernização para a nova capital. Monteiro expressava o desejo de integrar beleza natural, arquitetura, ciência e produção de bens, refletindo a ambição de consolidar um núcleo urbano que representasse o ideal moderno. Segundo ele, “o pensamento do legislador mineiro, quando decretou a mudança da Capital, foi crear uma cidade, que não primasse sómente pela sua belleza topographica, pela sua architectura, pela sua hygiene e por tudo quanto constitue o ideal moderno de um nucleo populoso” (Minas Gerais, 1900, p. 4). Monteiro enfatizava que a cidade deveria funcionar como uma vitrine das riquezas e potencialidades de Minas Gerais, afirmando que “ver a Capital de Minas, deve ser tambem conhecer as riquezas tão variaveis, como varias são as qualidades do sólo, varias a sua conformação physica e a sua produção” (Minas Gerais, 1900, p. 4). Essa visão consolidava o papel da capital como uma representação das grandezas do Estado,

sintetizando sua diversidade produtiva, suas riquezas naturais e sua conformação física. Assim, Belo Horizonte foi concebida como um reflexo do espírito progressista mineiro, destacando o potencial de desenvolvimento regional e a ambição modernizadora da época.



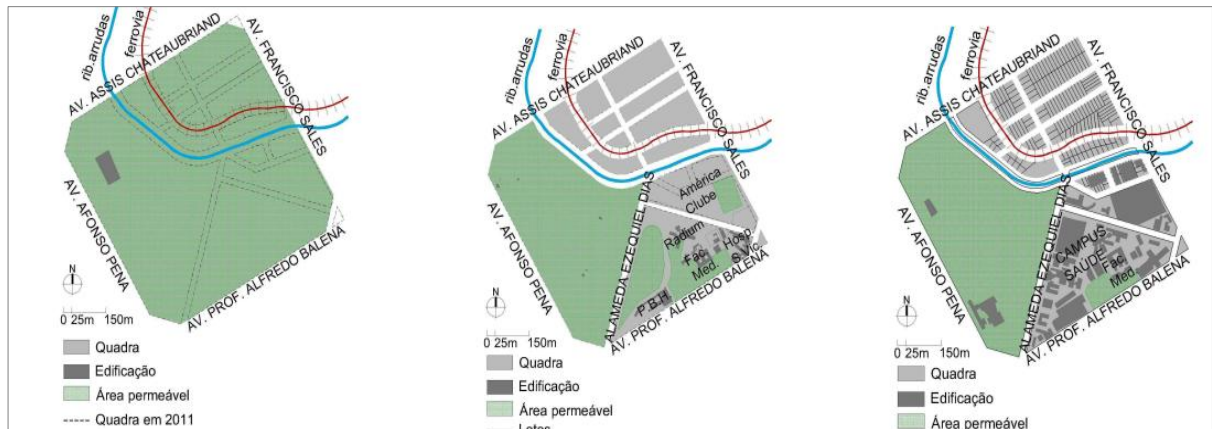
**Figura 2.** Planta Geral da Cidade de Minas sobreposta à planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte. O espaço em verde representa o Parque Municipal.

Fonte: Barreto, 1996, p. 252.

O Parque foi planejado para ser construído em uma área de aproximadamente 640.000 m<sup>2</sup>, seguindo inicialmente uma concepção naturalista, que buscava adequar a proposta paisagística ao cenário natural do terreno. Apesar de respeitar a conformação natural, o parque foi integrado a uma planta quadrangular e regular, alinhando-se ao traçado planejado para a capital. Conforme pontua Arruda (2012), o plano da Comissão Construtora da Nova Capital foi apresentado em 1895, caracterizando-se pelo estilo geométrico e linear, com destaque para as avenidas diagonais que atravessavam a zona urbana. Morando (2012) observa que o projeto inicial da Comissão também refletia os ideais de higienização, vigilância e controle social, atribuindo à grande área verde central funções voltadas para atividades físicas e entretenimento.

Ao se tornar um local utilizado para eventos culturais da cidade, o Parque transcende sua função original, sendo sobreposto por performances que cruzam diferentes realidades e perspectivas. Essa característica heterotópica se manifesta em sua capacidade de abrigar múltiplas realidades em um mesmo espaço. Ao proporcionar essa multiplicidade de funções, o Parque exemplifica a essência das heterotopias, servindo como um local onde diferentes camadas de significados e experiências coexistem, desafiando a ideia de que um espaço social possui um único propósito. Nesse contexto, as dimensões lefebvrianas dos “espaços vividos” e “espaços percebidos” geram alterações no plano do “espaço concebido”.

De acordo com Galera e Garcia (2017), no século XXI, a área do Parque passou a ocupar aproximadamente um terço de sua extensão original. Apesar dessa redução, o espaço permanece como um dos mais frequentados pela população, abrangendo, segundo as autoras, cerca de 60% do número total de frequentadores de parques na capital mineira.



**Figura 3.** Alterações na configuração do Parque Municipal ao longo do tempo, destacando os desmembramentos ocorridos nas décadas de 1890, 1940 e 2010

Fonte: Simão, 2012, p. 97.

### *O Parque inacabado: a distância do concebido*

No decorrer dessa pesquisa, ao selecionarmos um local ou fenômeno específico para delimitar nosso campo de estudo no Parque, deparamo-nos com uma extensa área inacabada, marcada por sinais de abandono e inacessível ao público. Esse espaço evocava a sensação de estar, de certa forma, “fora de todos os lugares”, caracterizando-se como uma manifestação heterotópica que operava, ou deixava de operar, de maneira distinta do ambiente ao seu redor. Esse caráter de “não-lugar”, ao mesmo tempo que integrava fisicamente o Parque, simbolizava um território à parte, onde as normas e a função planejada pareciam suspensas, revelando um universo ambíguo entre o construído e o negligenciado.

No plano do “percebido” e do “vivido”, esse espaço evidencia a dialética proposta por Lefebvre (1974), ao se configurar como um palco de tensões entre as “estratégias” – frequentemente associadas às estruturas de poder e planejamento – e as “táticas” – práticas cotidianas de uso e apropriação que desafiam ou ressignificam os ideais concebidos. Originalmente projetado para atender a uma concepção funcional e integrada, o espaço progressivamente se distanciou dessas intenções, transformando-se em um território marginalizado. Essa alteração ilustra como as práticas sociais e dinâmicas de uso real reconfiguram o espaço para além de sua idealização, revelando contradições inerentes ao processo de planejamento urbano. Enquanto as representações concebidas de espaço buscam homogeneidade e controle, o vivido e o percebido expõem fissuras na lógica urbana, criando uma arena em que diferentes interesses e significados coexistem e entram em conflito. Essa relação complexa reforça a visão de Lefebvre sobre o espaço como uma produção social em constante construção e reconstrução, refletindo as tensões entre hegemonia e resistência.

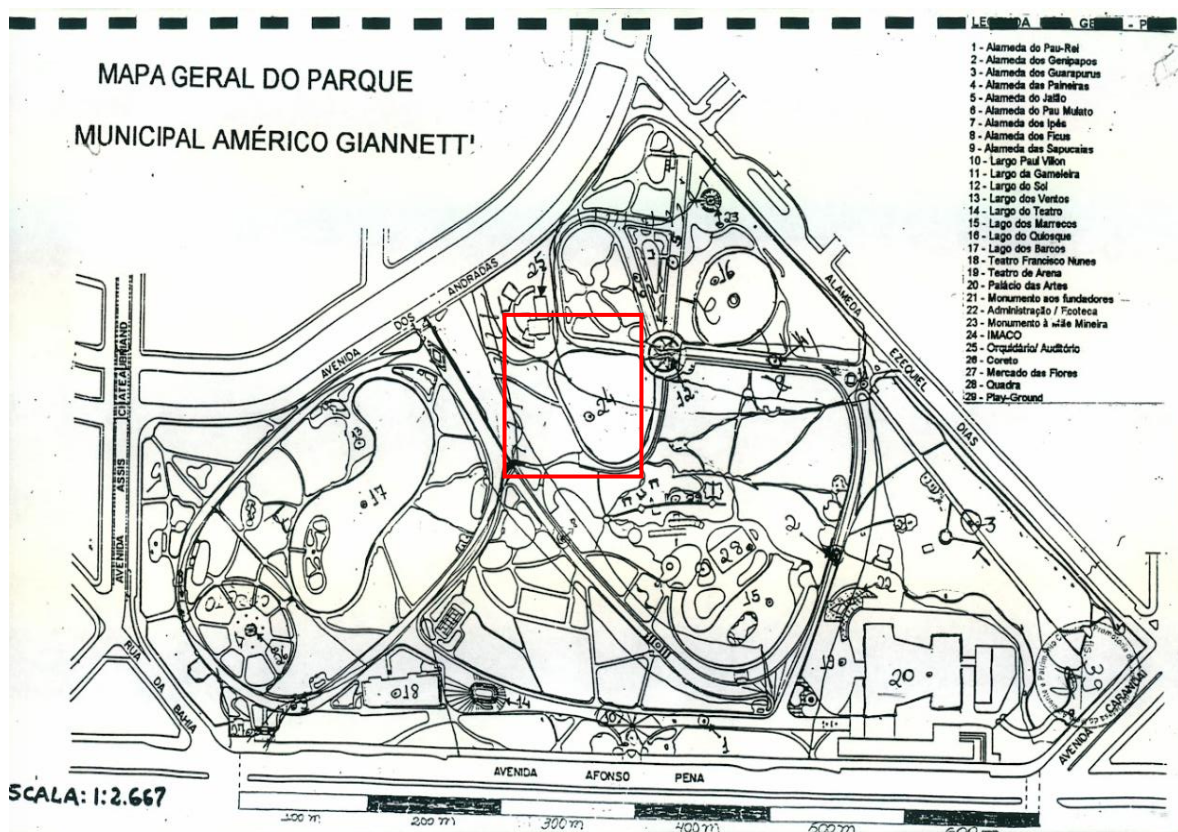
Na tentativa de compreender o que (não) acontece nesse espaço, investigamos, a partir das referências do *corpus* do arquivo, o significado histórico dessa área. Os aspectos identificados e as distintas formas de uso e desuso apontam para a configuração de um espaço social não linear,



marcado pela multiplicidade e pelos desvios, fornecendo pistas para o entendimento de um espaço eminentemente heterotópico.

A área analisada corresponde à região ocupada, por muitos anos, pelo Colégio IMACO. Edificado em 1954, o Colégio permaneceu no local até ser demolido em 2013 para a construção de um vislumbrado Espaço Multiuso, ainda inacabado. Antes da edificação do Colégio, a área serviu como dependência para o zelador do Parque e como espaço para os alunos da Escola Guignard, que se referiam ao local como “Escolinha do Parque”.

Desenvolvemos esse percurso histórico em meio a encruzilhadas e contrapontos na trajetória do Parque, subvertendo, em diversas ocasiões, as classificações funcionais previamente estabelecidas. Nem sempre regidas pelas regras presumidas pelos mecanismos de controle social, essas transformações revelaram pontos de instabilidade na esfera social. Nesse sentido, conforme argumenta Foucault (2013), essa evolução descontínua oferece indícios de pontos nodais nos quais é possível identificar e investigar relações sociais heterogêneas. Essas relações, ao serem analisadas, possibilitam novas formas de compreensão e criação.



**Figura 4.** Mapa geral do Parque Municipal com destaque para a área analisada

Fonte: Acervo do APCBH, 2000-2003.

Quatro importantes formas de uso e de disposição desse espaço foram identificadas na análise do arquivo, a saber: a moradia do zelador; a ocupação pela Escola Guignard; o funcionamento do Colégio IMACO; e, por fim, a edificação de um Espaço Multiuso. As diferentes

ocupações desse espaço revelam possibilidades heterotópicas que, ao longo do tempo, assumiram formas distintas.

## **Análise e Resultados**

*Os arquivos e as possibilidades heterotópicas: a moradia do zelador, a Escola Guignard, o Colégio IMACO e o Espaço Multiuso*

Os registros coletados para essa pesquisa revelam que, desde o início da construção do Parque, a utilização do local para as dependências do zelador foi demarcada por um espaço distinto dos demais edifícios. Nessa linha, conforme proposto por Foucault (2013), temos as heterotopias de desvio, lugares que a sociedade coloca em suas margens, geralmente ocupados por indivíduos que diferem da norma social. Ao analisar o papel exercido pelo zelador e a delimitação de um local para sua residência no espaço laboral, podemos considerar a constituição de um lugar de desvio na estrutura do Parque. No plano do “vivido”, esse espaço foi destinado às instalações de um indivíduo desviante dos frequentadores e dos demais trabalhadores da Prefeitura, que, em breve, passariam a ocupar instalações apropriadas para suas funções. Essa configuração se alinha ao primeiro princípio proposto por Foucault (2013), no qual espaços específicos são destinados àqueles que se encontram fora das expectativas e regras convencionais da sociedade.

A constituição desse espaço, destinado às dependências do zelador, evidencia a “tática” de criar um ambiente habitável e funcional para o responsável pelas instalações do parque. Como observa Foucault (2013, p. 12), trata-se de “operações heterotópicas pelas quais o corpo é arrancado de seu próprio espaço e projetado em outro espaço”. Esse indivíduo foi inserido em um ambiente no qual coexistem diferentes funções e significados: de um lado, um espaço habitacional privado; de outro, a vinculação de sua vida privada às atividades de manutenção e gestão do Parque. Essa justaposição representa uma camada distinta sobre um espaço real, modificando sua concepção inicial de lazer e qualidade de vida da população.

Ao explorarmos essa sobreposição, emergem questões pertinentes sobre as fronteiras entre público e privado no contexto capitalista. Em uma sociedade marcada pela mercantilização de espaços e serviços, as funções de um espaço podem rapidamente se tornar ambíguas. A residência, convencionalmente associada à esfera privada, nesse contexto, passou a atender demandas do espaço público, configurado para o lazer coletivo. Essa apropriação funcional, no plano do espaço vivido, reflete a fusão entre vida e trabalho, em que o ambiente doméstico perde parte de sua autonomia e se torna uma extensão da estrutura pública, sujeita aos interesses de manutenção e vigilância. Sob a ótica do capitalismo, essa dinâmica reforça o controle sobre o uso dos espaços e sobre a experiência do indivíduo, o qual habita um “espaço outro” que escapa à separação rígida entre o que é concebido para o lazer público e a vida privada. As manifestações heterotópicas, nesse caso, apontam para as complexidades e para as contradições do espaço urbano no capitalismo, em que o privado se dissolve em um ambiente público que lhe exige adaptações e interferências, expondo as dinâmicas de poder que moldam a experiência dos sujeitos no território urbano.

A fundação da Escolinha do Parque por Guignard, em 1943, a convite de Kubitschek, representa outra justaposição de espaços no Parque Municipal. Localizada em um ateliê de um edifício pertencente à Prefeitura, a Escola de Belas-Artes trouxe novas dinâmicas ao espaço.

Conforme explora Foucault (2013), mais uma vez, percebemos a justaposição dos espaços (da casa do zelador para um edifício que serviria de escola artística). A informação quanto à existência ou não de um edifício é questionável, pois os relatos dos livros divergem das entrevistas citadas no início desse tópico. Independentemente disso, apreende-se, nessa passagem, a emergência de diversas “táticas” ou, também, de heterotopias de crise e de desvio. De crise, pois o espaço permitiu aos artistas subverterem o tradicionalismo artístico; de desvio, pois os alunos passaram a ser vistos como subversivos em relação à função inicial do Parque. Com destaque na interlocução com o conceito de administração menor Martins *et al.* (2023), sobrelevamos a aposta na potência da vida que se faz múltipla e complexa. Buscamos aqui observar as possibilidades de caminhos criados para o espaço, que não estavam formuladas até então. Os modelos de ação e pensamento *a priori* não foram balizadores para representações desencadeadas.

As aulas ministradas por Guignard eram realizadas ao ar livre, permitindo uma abordagem inovadora e ampliando a liberdade artística. Segundo Cedro (2007), a prática ao ar livre rompeu com o academicismo predominante e encorajou os jovens a se expressarem livremente. Ávila (1997) observa que Guignard fomentou a insurgência contra as normas do academicismo artístico, encorajando jovens a se expressarem livremente por meio da pintura e do desenho. Nesse contexto, abandonaram-se as imitações de obras clássicas, os espaços fechados, a luz artificial, o impressionismo e outras técnicas e estilos já ultrapassados na Europa, mas ainda predominantes em escolas tradicionais. Esse espaço, ao integrar essa nova camada, possibilitava discussões abertas, distantes do confinamento dos ateliês. As manifestações libertárias dos alunos podem ser observadas como heterotopias de desvio ou, ainda, como “táticas” adotadas por indivíduos que almejam romper com o tradicionalismo educacional artístico.

Essa dinâmica reflete a criação de um “espaço outro” no sentido foucaultiano, um local em que normas estabelecidas e expectativas tradicionais são deliberadamente questionadas e reformuladas. Em vez de seguir os padrões rígidos e hierárquicos que predominavam no ensino das artes à época, Guignard estabeleceu um ambiente que possibilitava aos estudantes explorarem novas formas de expressão. Esse “espaço outro” transcendeu o âmbito físico, adquirindo também um caráter conceitual, ao abrir caminhos para práticas que iam além do aprendizado técnico e formal. Ao desafiar o academicismo, Guignard criou um ambiente em que a autenticidade era central, incentivando os jovens artistas a se afastarem das reproduções clássicas e a desenvolverem seus estilos individuais, seus olhares próprios. Nesse contexto, a arte passou a ser vivenciada não como uma atividade pelas convenções e restrições de uma sala de aula fechada, mas como uma prática orgânica, em constante diálogo com o ambiente, a luz natural e a vida urbana. A abertura do espaço físico e o rompimento com a estrutura hierárquica de ensino permitiram que cada aluno explorasse suas singularidades e confrontasse suas próprias perspectivas, transformando o ato de criação em uma busca por inovação coletiva e individual. Destacamos aqui a formação de corpo coletivo sensível, menor, não instrumentalizado, cujos objetivos nem sempre são compatíveis com a lógica da rentabilidade.

Na década de 1950, a instalação do Colégio IMACO (Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis) demarcou mais uma camada heterotópica no Parque Municipal. Em 1954, o projeto foi aprovado pelo Conselho Deliberativo Municipal e convertido em lei, representando uma inovação ousada para a época. Essa iniciativa foi descrita como a implantação de um novo paradigma educacional na cidade. O IMACO simbolizava a integração de Belo Horizonte em um



contexto nacional mais moderno e industrializado, refletindo as transformações sociais e econômicas que ocorriam no Brasil naquele período. Além disso, em um cenário de expansão urbana e industrial, o Colégio atendia à crescente necessidade de formação técnica e especializada, alinhando-se às demandas do mercado de trabalho e promovendo o ensino técnico. A instituição simbolizava a modernização educacional de Belo Horizonte, consolidando-se como um centro formador de profissionais qualificados, especialmente em administração e ciências contábeis, atendendo às demandas do mercado de trabalho em um cenário de urbanização e industrialização crescente. O Colégio desempenhou um papel significativo na adaptação do sistema educacional às transformações sociais e econômicas do período, fortalecendo a conexão entre educação técnica e as necessidades da sociedade em transformação.

Nessa justaposição, cabe destacar o segundo princípio proposto por Foucault (2013, p. 22) ao estudar as heterotopias, que aponta para a possibilidade de “diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituía outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda”. A edificação do Colégio IMACO oferece indícios claros da transitoriedade e mutabilidade dos espaços ocupados pelos indivíduos. No caso do Parque e do espaço analisado, cada iteração – dependências do zelador, escola de Guignard, obras e Colégio – atendeu a propósitos distintos e necessidades específicas ao longo do tempo, cumprindo o papel que Foucault (2013) descreve como a reorganização dos estados de equilíbrio e modos de operação inerentes às heterotopias. As manifestações heterotópicas, como a casa do zelador, a utilização pelos alunos de Guignard e a edificação do Colégio IMACO, desafiam e ampliam as noções tradicionais de educação e interação com a natureza. Essas manifestações acumulam camadas de significados e funções, muitas vezes contraditórias ou não resolvidas, transcendendo o plano do “espaço concebido” e explorando o “espaço vivido”.

O grande volume de alunos do Colégio, aliado aos desafios administrativos do Parque, culminou na interferência do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Em 2000, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente solicitou providências a esse órgão para garantir a conservação do Parque. O documento relatava diversos acontecimentos envolvendo alunos, no período noturno, próximas à região dos bambus, com consumo de bebidas alcoólicas e focos de incêndio que comprometeram a vegetação; uma aluna alcoolizada pendurada na marquise do Colégio, ameaçando saltar; detonações de bombas nos banheiros; depredação de janelas e pichações nas estruturas do Parque. Segundo consta nesse documento, todos esses eventos estavam sendo silenciados pela direção do Colégio. Esses acontecimentos remetem à noção de rastros heterotópicos, que se manifestam em espaços usualmente considerados incongruentes – como o Parque, a escola e os relatos de vandalismo e violência. Todas essas heterotopias, conforme o segundo princípio proposto por Foucault (2013), justapõem lugares outrora inusitados e reorganizam continuamente seus estados de equilíbrio e *modus operandi*, despertando novos sentidos e coerências que refletem as dinâmicas de poder, governabilidade e práticas sociais. Mais uma vez, destacamos que não há padrão preestabelecido e fixado. Há processos e multiplicidade de possibilidades em sua condução. Aposto nos saberes múltiplos, na diversidade de composição de saberes, nas diversas possibilidades de invenção de soluções cabíveis.

Os pontos apresentados e as heterotopias apreendidas, até agora, parecem mais prejudicar do que auxiliar na resolução dos conflitos, destacando a complexidade do “espaço vivido”. A questão de como superar as rotas de escape em um contexto tão intrincado levanta a indagação

sobre se a norma poderia ser a solução para harmonizar interesses conflitantes. No contexto de uma crise, especialmente envolvendo as “táticas” adotadas por adolescentes e as “estratégias” utilizadas pelas autoridades, as heterotopias podem dificultar o estabelecimento da ordem, atuando como terrenos que permitem a expressão de descontentamento e desordem. Nesse sentido, funcionam como válvulas de escape da realidade normativa. Em vez de contribuir para a resolução do conflito, as manifestações heterotópicas permitem que as tensões se expressem e até se intensifiquem. As atitudes dos alunos, vistos como “desviantes”, criam uma realidade paralela na qual as normas sociais convencionais são rejeitadas ou invertidas. Estudantes, como os do Colégio IMACO, em sua fase de transição da infância para a vida adulta, frequentemente buscam afirmar sua identidade e autonomia, o que muitas vezes gera conflitos com as estruturas e expectativas estabelecidas.

Nesse contexto, o Colégio passa a ser caracterizado por indivíduos com atitudes desafiadoras e comportamentos disruptivos que, no ambiente do Parque, perturbaram a ordem institucional previamente estabelecida. Essa dinâmica reflete a tentativa dos adolescentes de negociar seu espaço e poder dentro da sociedade. As heterotopias de crise, como nos casos mencionados, representam reflexos da tensão entre a conformidade exigida pelos adultos ou instituições e a resistência dos adolescentes. Naquele espaço, assim como ocorreu com os estudantes de Guignard, os jovens experimentavam e testavam limites, muitas vezes entrando em confronto com a administração local. Essas ações podem ser interpretadas como tentativas de subverter a norma, criando um “outro espaço” em que as regras comuns não se aplicam ou são reinterpretadas pelos próprios alunos. Há aposta na potência, na capacidade inventiva de seus agentes; aposta no inesperado. O erro é adotado como oportunidade, à medida que o foco está na construção do comum que potencializa e exalta o *entre*, as relações.

### *O Programa Parque 21*

A Prefeitura de Belo Horizonte lançou o Programa Parque 21 como um argumento para facilitar a retirada do Colégio IMACO dos limites do Parque Municipal. Em julho de 2003, a Prefeitura informou que vinha promovendo esforços para estabelecer um bom relacionamento entre as instituições envolvidas, além de criar uma agenda comum para lidar com emergências e discutir as implicações de médio e longo prazo da presença do Colégio no Parque. A transferência da escola foi, então, integrada ao Programa Parque 21, que também previa a criação de um Centro de Referência da História Natural e da Cultura. Conforme Góis (2003), o Programa Parque 21 foi um esforço conjunto da administração municipal, envolvendo a colaboração de diversas secretarias, como as de Política Urbana e Ambiental, Meio Ambiente e Saneamento Urbano, Estrutura Urbana, Limpeza Urbana, Serviços Urbanos Regionais e Cultura. Esse programa se baseava em uma iniciativa mais ampla, de alcance internacional, denominada Agenda 21, que visava promover a sustentabilidade alinhada aos ideais globais de preservação ambiental. O objetivo principal era assegurar a proteção do Parque para o usufruto das gerações futuras.

A revitalização proposta pelo Programa Parque 21 reflete, mais uma vez, a sobreposição e transformação dos espaços que compõem o Parque. Observamos, aqui, mais um conjunto de camadas que agregam novos significados e formas de uso ao mesmo ambiente físico. Em consonância com o segundo princípio de Foucault (2013), essa dinâmica evidencia a reorganização de espaços anteriormente considerados atípicos, promovendo novas lógicas e entendimentos. O

programa adiciona profundidade às camadas já existentes do Parque, configurando seus espaços para práticas de sustentabilidade e uso comunitário, reforçando sua natureza multifuncional. Essas sobreposições recriam dinâmicas e transformam o plano “percebido” do Parque em um local onde múltiplas realidades coexistem e se entrelaçam, funcionando como heterotopias de compensação. Nesse contexto, a visão idealizada de um ambiente sustentável é concretizada e vivenciada. Aqui, não há padrão preestabelecido e fixado. Há processos e multiplicidade de possibilidades em sua condução.

Ao propor a substituição de um espaço estritamente educacional por um Espaço Multiuso, emergem contradições nesse percurso histórico, principalmente porque o novo local também desempenharia funções educativas ou de desenvolvimento comunitário. Em conformidade com o segundo princípio de Foucault (2013), novas estruturas são sobrepostas a espaços antigos, alterando o equilíbrio e as funções anteriormente estabelecidas. Embora o Espaço Multiuso ofereça atividades similares às do Colégio, ele reorganiza a dinâmica do local ao incorporar uma variedade de atividades e propósitos que coexistem, gerando novas interpretações e possibilidades para o uso do espaço. Essa transformação promove coesão comunitária, alinhando o espaço às necessidades contemporâneas e futuras, ao mesmo tempo que reflete suas funções históricas. No entanto, a demolição do Colégio pode ser vista como uma tentativa de controle das “táticas” e manifestações heterotópicas que permeavam o Parque, desafiando sua administração. Nesse sentido, a substituição do Colégio por um espaço multifuncional revela um esforço para reequilibrar as dinâmicas do Parque e atender aos anseios de ordem e governabilidade, sem perder de vista a possibilidade de novos significados e funções para a comunidade.

A Ação Popular nº 024.08.990.268-8 foi movida contra o então prefeito do município de Belo Horizonte, argumentando que a demolição do prédio do Colégio IMACO configurava um ato imoral e prejudicial ao bem público, acarretando degradação ambiental irreversível. Os autores da ação pleiteavam a preservação da edificação em seu local de origem, justificando que o conjunto paisagístico do Parque Municipal se encontrava tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), o que, segundo eles, tornaria a demolição ilegal. Além disso, constava nos autos que a construção do Espaço Multiuso no Parque Municipal não foi precedida de licitação, e que a Lei Municipal nº 9.675/2008, que autorizou a demolição do Colégio, seria inconstitucional. Assim, a comunidade solicitava a preservação do edifício e a suspensão imediata dos planos de demolição. Retomando o sexto princípio de Foucault (2013), que aborda as heterotopias como espaços com propósitos distintos dos comuns ao seu entorno, é possível interpretar a Ação Popular como um movimento que buscava defender um espaço que não apenas reflete a memória coletiva, mas também desafia aqueles que ameaçam sua existência. Nesse contexto, o Colégio IMACO representava uma heterotopia de preservação e resistência, sendo compreendido como um local que transcendia os usos ordinários, conectando-se com o passado e criando uma realidade paralela às lógicas modernizantes e comerciais.

O processo judicial avançou, e, conforme decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, concluiu-se que a demolição do Colégio IMACO não seria presumidamente lesiva ao interesse público. Ficou determinado que caberia aos autores da Ação Popular o ônus de comprovar que a destruição do edifício traria prejuízos ao patrimônio público ou ao meio ambiente. A decisão também desconstituiu a afirmação de que o Colégio era tombado, esclarecendo que o

tombamento se aplicava apenas ao conjunto paisagístico do Parque Municipal, conforme justificativa do IEPHA.

Em 2009, o Colégio foi desativado no Parque, e, a partir de 2011, a imprensa começou a divulgar notícias sobre sua demolição e substituição por um Espaço Multiuso. Em abril de 2011, o jornal *Estado de Minas* noticiou a transformação do antigo prédio do Colégio IMACO em um Espaço Multiuso. Previsto para iniciar em julho daquele ano, o projeto envolveria a edificação de um complexo cultural com 44 mil metros quadrados, o qual contemplava um espaço adaptado para shows e apresentações teatrais, uma área aberta para 45 mil pessoas, auditório para oficinas e palestras sobre educação ambiental, uma biblioteca e uma sala de memória do Parque.

Esse novo espaço representava mais uma camada na sobreposição de usos e significados do Parque. A transformação do “espaço percebido” para fins de entretenimento e cultura reflete a natureza heterotópica do local, que passou a abrigar múltiplos propósitos e significados. A configuração multifuncional, ao combinar atividades culturais, recreativas e educativas, desafiava as noções tradicionais de uso do espaço urbano, reforçando sua complexidade e versatilidade.

Em meados de 2013, reportagens começaram a divulgar imagens do projeto arquitetônico do Espaço Multiuso, evidenciando contradições intrigantes. Por um lado, a demolição do Colégio IMACO, um símbolo de educação e história local, deu lugar a um espaço que também promoveria aprendizado e cultura, sugerindo uma continuidade em sua função de fomentar conhecimento e congregar a comunidade. Por outro lado, a transformação também simbolizava uma ruptura significativa, substituindo um legado histórico por uma estrutura moderna e multifuncional. Essa sobreposição não se limita à mudança física, mas reflete uma rearticulação das relações de poder e dos valores sociais. A substituição do Colégio pelo Espaço Multiuso sugere possíveis interesses históricos e políticos subjacentes à decisão, expondo tensões entre a preservação do patrimônio histórico e os ideais modernizadores, que frequentemente moldam o espaço urbano em detrimento de sua memória coletiva.

Essas projeções dialogam diretamente com o sexto princípio das heterotopias de Foucault (2013), que propõe a criação de espaços com funções específicas e significados singulares em relação ao seu contexto espaço-temporal. Embora possam, à primeira vista, parecer meras extensões dos ambientes circundantes ou responder aos anseios de uma municipalidade que busca criar a ilusão de continuidade histórica e harmonia social, tais espaços transcendem essa aparência superficial. No plano “vivido”, esses locais começam a adquirir significados autênticos, escapando à lógica predefinida ao seu redor. Assim, tornam-se não apenas complementos passivos da paisagem urbana, mas verdadeiros lugares heterotópicos que questionam e reconfiguram as percepções normativas de espaço. Ao introduzir novas possibilidades de uso e interação, esses espaços desafiam a continuidade histórica concebida ou ilusória, expondo e criando realidades alternativas. Transformam a organização espacial e criam cenários nos quais a interação social e a ocupação do espaço não obedecem necessariamente à lógica funcional preestabelecida pela cidade. Por serem independentes da realidade convencional, essas heterotopias permitem apropriações inesperadas, instituindo um campo ativo de resistência cultural e social, em que as regras são contestadas e novas dinâmicas emergem.

A manifestação heterotópica, nesse contexto, reside na sobreposição e na tensão entre o antigo e o novo, entre a preservação da tradição e a busca pelo progresso. Enquanto o Colégio

representava um espaço de educação formal e um legado histórico, o Espaço Multiuso é permeado por discursos de adaptabilidade, multifuncionalidade e inclusão cultural. Trata-se, assim, de uma tentativa de redefinir os significados e propósitos daquele espaço. Nesse panorama, podemos estabelecer relação com o quarto princípio de Foucault (2013), que aborda momentos de passagem, mudança e transitoriedade. O espaço se configura como um lugar transitório, contribuindo para o movimento e a interação entre o passado e o futuro.

De maneira análoga às escadas e corredores mencionados por Foucault, que conectam diferentes níveis ou áreas, o espaço em questão experimentava uma condição transitória entre tradição e progresso, mesmo que de forma conflituosa. A preservação de uma antiga edificação em um contexto de modernização pode ser interpretada como uma forma de heterotopia, em que o espaço histórico é sobreposto por intenções de renovação. As iniciativas de modernização, por sua vez, funcionam como heterotopias, desafiando o espaço tradicional e estabelecendo uma nova realidade que coexiste com formas antigas. Essa relação evidencia as tensões do desenvolvimento urbano, no qual espaços de transição se tornam arenas de transformação entre o que era e o que será.

Após a demolição do Colégio IMACO, em novembro de 2013, o jornal *Estado de Minas* publicou uma reportagem sobre as obras paralisadas no Parque. Segundo a narrativa, a interrupção ocorreu devido à necessidade de “refinamento dos projetos”, conforme a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap). A liberação dos recursos pelo governo estava condicionada à resolução de pendências técnicas. Em março de 2014, o jornal voltou a abordar o atraso significativo no Espaço Multiuso, cuja construção havia avançado apenas até a conclusão das fundações e alicerces. Manifestações anônimas apontaram para a necessidade de reequilíbrio de preços como a razão para a suspensão, enquanto a Sudecap não se manifestou oficialmente. Naquele momento, o atraso já superava 50% do cronograma inicial.

Essas fundações cercadas por tapumes simbolizam simultaneamente potencial e inércia, refletindo um projeto ambicioso de revitalização que, na prática, se encontrava suspenso. O espaço, carregado de significados históricos para a população, foi transformado em um canteiro de obras abandonado, desafiando noções de progresso e desenvolvimento. No plano “percebido” e “vivido”, tornou-se um espaço de não realização e possibilidades não concretizadas. Essa nova camada, fruto de um projeto inacabado, ilustra as complexidades do planejamento urbano, reafirmando o caráter heterotópico do local como espaço de desvio e resistência.

A condição estagnada das obras remete ao sexto princípio de Foucault (2013), que trata de espaços com papéis específicos, contrastantes com os ambientes ao redor, muitas vezes criando ilusões em relação aos espaços reais adjacentes. Os tapumes ocultam um espaço de potencial não realizado e de desorganização. Em vez de um local de atividade contínua e progresso, o canteiro de obras tornou-se um símbolo de incompletude. Enquanto os demais espaços do Parque permanecem funcionais, a obra paralisada se destaca como uma discrepância física e funcional, desconexa da realidade almejada. Nesse contexto, embora à primeira vista se integre ao tecido urbano circundante, o espaço revela-se como um “outro” lugar, distinto, devido à complexidade e à fragmentação inerentes à materialização de uma visão arquitetônica inacabada.

Em maio de 2015, uma reportagem do jornal *Estado de Minas* trouxe informações sobre o projeto inacabado no Parque. A obra, inicialmente prevista para ser concluída em abril do ano

anterior, havia enfrentado múltiplas interrupções desde o lançamento oficial em 2013, atribuídas a problemas financeiros e técnicos. Na época, a Sudecap informou que a construção havia sido suspensa devido à espera pela renovação de um acordo com o governo estadual, principal fornecedor dos fundos necessários. Não havia, então, uma estimativa para a retomada dos trabalhos. Já em 2017, o mesmo jornal retratou a situação do “Projeto Multiuso” como uma “novela”, caracterizando-a como uma narrativa marcada por reviravoltas, adiamentos e silêncio administrativo. A empreitada, idealizada como um marco cultural, havia se transformado em símbolo da morosidade burocrática, com manifestações heterotópicas emergindo das complexidades e nuances do poder público.

Essa lentidão se conecta ao segundo princípio das heterotopias de Foucault (2013), que explora a capacidade de uma sociedade de transformar heterotopias, seja dissolvendo espaços com significados anteriores ou criando espaços ainda não existentes. A obra paralisada exemplifica um espaço de estagnação e inércia. Nesse contexto, surgem traços de heterotopias involuntárias: um lugar que, ao invés de consolidar seu propósito original, foi reorganizado em seu *modus operandi* pelas forças da lentidão e da burocracia. O espaço, inicialmente “concebido” para agregar valor cultural e social, passou a evocar abandono e ineficiência. Essa reconfiguração ilustra como as heterotopias podem evoluir, adquirindo novos significados e coerências a partir de mudanças inesperadas. O que deveria ser um local de enriquecimento cultural se transformou em um espaço de reflexão sobre as contradições da gestão urbana, resistindo à compreensão comum.

Em 2019, com o espaço ainda inacabado, uma reportagem da Câmara Municipal destacou a visita técnica de uma Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo ao Parque para avaliar as obras do Espaço Multiuso. Desde 2015, a execução do projeto estava suspensa, dependente de um acordo com o governo estadual para o fornecimento de fundos. Esse comportamento demonstra uma acomodação às circunstâncias, em que o foco se desloca do desenvolvimento da obra para a manutenção de seu estado de inércia. Embora o discurso oficial evitasse reconhecer abertamente o fracasso, as ações – ou a ausência delas – já indicavam resignação com a situação. Essa aceitação tácita da obra paralisada, sem um plano claro de retomada, exemplifica como narrativas e práticas evoluem para normalizar uma realidade inesperada, mantendo uma aparência de controle.

Em 2022, o estado de estagnação persistia. O telejornal *MG1* informou que a obra já estava paralisada há mais de sete anos. Segundo a reportagem, os investimentos no Espaço Multiuso ultrapassavam 9,3 milhões de reais, sem previsão para conclusão. Enquanto os frequentadores do Parque destacavam os benefícios do local, a atenção recaía sobre a área cercada por tapumes, abrigando uma estrutura inacabada consumida pelo abandono. As obras haviam sido interrompidas devido à suspensão de um convênio entre o governo estadual e o município. Naquele contexto, a Prefeitura avaliava se seria viável prosseguir com o projeto.

Essa situação reflete a marginalização desse espaço dentro do Parque. Conforme o primeiro princípio de Foucault (2013), o projeto inacabado, agora esquecido, caracteriza-se como uma heterotopia de desvio, em que a realidade alternativa subverte expectativas e funções originais. Em vez de ser um local de encontro e atividade comunitária, conforme o planejado, o espaço se tornou símbolo de negligência e ineficiência administrativa. A falta de comunicação do governo e o abandono do projeto transformaram-no em um “outro espaço”, desconectado de sua intenção inicial.



**Figura 5.** Registro das obras paralisadas no interior do Parque durante a pesquisa

Fonte: Acervo dos autores, 2023.

Atualmente, sob os tapumes que escondem as obras paralisadas, encontram-se uma imagem de Guignard e, logo acima, representações do projeto arquitetônico do futuro Espaço Multiuso. Essas imagens evidenciam diversas contradições históricas vivenciadas por um mesmo espaço no Parque, além de ilustrar a natureza fluida e, por vezes, conflituosa das heterotopias descritas por Foucault (2013). Diferentes “estratégias” e “táticas”, como explorado por De Certeau (1994), contribuíram para a apropriação desse espaço de distintas formas, refletindo desejos e necessidades alinhados à dinâmica das relações de poder. Todos esses aspectos resultaram no constante movimento de configuração dos planos “concebido-percebido-vivido”, tal como estudado por Lefebvre (1974).

Sob os tapumes que cercam as obras do Espaço Multiuso, há uma arte que retrata o pintor e professor Guignard, que utilizou aquele lugar para ministrar suas aulas. Esse local foi um ambiente de liberdade e expressão para os seus alunos, desafiando as normas educacionais conservadoras da época e proporcionando um refúgio além dos limites dos ateliês. Com o tempo, o espaço passou por diversas formas de uso, característica típica das heterotopias, que acumulam e sobrepõem diferentes camadas de significados.

Esse local, que ao longo do tempo acumulou e sobrepôs diferentes camadas de significados, demonstra como os espaços heterotópicos são dinâmicos, adaptáveis e capazes de refletir e influenciar as necessidades e expectativas de seus usuários. No contexto das organizações, isso remete às constantes transformações, evoluções e sobreposições decorrentes das mudanças nos objetivos organizacionais e nas demandas dos indivíduos. Esses espaços, ao invés de se limitarem a uma única função, são adaptados para atenderem a múltiplas necessidades, envolvidos em diversos interesses e relações de poder. Além disso, a natureza multifuncional das heterotopias desafia as instituições a reconhecerem que um espaço não é apenas uma estrutura física, mas também um território simbólico que impacta a cultura organizacional. Um ambiente de trabalho que valoriza a flexibilidade heterotópica pode permitir que diferentes “camadas” de significado – como criatividade, autonomia e pertencimento – sejam exploradas e fortalecidas. Essa noção contribui para a construção de cultura(s) mais inclusivas e colaborativas, em que os indivíduos, ao manifestarem suas identidades, ajudam a redefinir normas e processos organizacionais.

Ademais, o reconhecimento de espaços que possibilitem a expressão e a multiplicidade de significados implica a criação de lugares que escapam à normatividade e permitem a emergência de práticas alternativas (administração menores). Esses espaços representam “brechas” na estrutura de poder organizacional, locais onde os indivíduos podem explorar diferentes formas de subjetividade e, potencialmente, subverter as relações de controle típicas de uma hierarquia corporativa. Tal como explorado por Foucault (2013), esses locais remetem a formas pelas quais os indivíduos negociam sua autonomia em diferentes espaços-tempo, proporcionando um refúgio simbólico em que o discurso oficial da organização pode ser suspenso, modificado ou reinterpretado. Os espaços heterotópicos possuem uma lógica própria, operando como locais de resistência e ruptura em relação ao *status quo*, nos quais normas e convenções estabelecidas podem ser questionadas e reimaginadas. Essa compreensão revela que uma organização não é composta apenas por suas estruturas físicas, mas também por dispositivos de poder que refletem e moldam as relações sociais, os comportamentos e as identidades dos indivíduos.

Transformado em uma instituição educacional durante o período do Colégio IMACO, o espaço foi palco de crises e conflitos, tanto entre os adolescentes quanto com a administração do Parque, evidenciando as tensões entre educação e as relações de poder estabelecidas ali. Posteriormente, após diversos atritos com parte da população belo-horizontina, o início da construção de um Espaço Multiuso (conforme projeto retratado acima dos tapumes), que nunca foi concluído, adicionou outra camada ao percurso histórico desse espaço. O projeto inacabado se tornou ruínas, um símbolo de desperdício de dinheiro público e de insatisfação, em que o ensino deu lugar a um canteiro de obras abandonado.

Essa imagem, portanto, não representa apenas projeções estáticas de espaços-tempo específicos, mas também a composição histórica das camadas complexas desse lugar, desafiando interpretações simplistas, soluções definitivas e tentativas de imposições hegemônicas. Ao capturarmos a contradição entre as placas, o espaço inacabado, o anúncio de uma obra planejada pela Prefeitura e um mural artístico, percebemos as tramas de poder e contradições que compõem os aspectos heterotópicos desse lugar. Por um lado, temos a promessa de renovação e progresso representada pela placa da Prefeitura, simbolizando a suposta governabilidade sobre o espaço e o futuro. Por outro lado, o mural, que poderia ser interpretado como uma celebração da cultura e do passado, oferece um contraponto à narrativa oficial, reverenciando a história, a arte e a resistência



que persistem nesse local. Essas camadas, sobrepostas e em disputa, visíveis na fotografia, representam um ambiente de tensão e conflito, remetendo à manifestação heterotópica em si, ou seja, um lugar de múltiplas possibilidades e significados que coexistem de maneira complexa e contraditória.

Nesse panorama, percebemos a resistência frente a uma narrativa unidimensional e, por vezes, utópica de progresso e desenvolvimento urbano proposta pela municipalidade. Todos os movimentos, desde a criação do Parque e do estabelecimento das dependências do zelador, até a demolição de um Colégio com notável importância histórica para a capital mineira, sugerem diversas alternativas às estruturas de poder que permeiam a administração dos espaços do Parque Municipal. Esses movimentos, associados a inúmeras manifestações heterotópicas, indicam que as contracondutas e os desvios sociais representam formas micropolíticas de resistência contra práticas hegemônicas de imposição. As diferentes formas de apropriação do espaço, ao longo do último século, ressaltam um território transgressor e dinâmico, em que movimentos e interações divergem das normas previamente estabelecidas.

Essas dinâmicas remetem diretamente às demarcações heterotópicas exploradas por Foucault (2013), que se referem a espaços reais que, embora integrem o tecido urbano, situam-se “fora” dos ambientes ordenados e regulamentados pela sociedade. As heterotopias funcionam como uma espécie de contraponto ou alternativa ao espaço concebido, revelando fissuras e brechas em que novas possibilidades de ocupação e significados emergem. No caso do Parque Municipal e, especificamente, do espaço estudado nesse estudo, esse local pode ser observado como essencialmente heterotópico, no qual as interações desafiam padrões normativos e formas hegemônicas de controle e uso. Nesse contexto, observamos a justaposição de “espaços outros” que, além de coexistirem com a ordem estabelecida, desestabilizam-na, subvertendo a lógica disciplinar que governa a cidade. O Parque e suas áreas heterotópicas se tornam, assim, locais de resistência, em que o poder e o controle são reconfigurados por meio das táticas cotidianas dos indivíduos que se apropriam desses espaços. Esses vestígios e marcas das heterotopias urbanas representam formas de resistência às estratégias de controle governamental, revelando a criatividade da população na redefinição das funções e usos do espaço.

Esse processo reflete a tríade lefebvriana do “concebido-percebido-vivido”, em que o espaço concebido pela Comissão Construtora não se alinha necessariamente às formas como é percebido e vivenciado pelos indivíduos. No plano do vivido, o Parque transcende sua função como extensão da ordem pública e passa a incorporar uma multiplicidade de usos e significados que refletem práticas sociais dinâmicas. Dessa forma, o Parque Municipal, especialmente o espaço analisado, transforma-se em um território de interação e diversidade, em que a cidade se revela como palco de disputas simbólicas e práticas sociais que evidenciam as tensões entre o controle institucional e a criatividade popular. Esse dinamismo heterotópico destaca as possibilidades de agência e reinvenção, sublinhando a capacidade de adaptação e subversão intrínseca às práticas cotidianas.

## Discussão e Conclusão

O artigo se propôs a analisar um espaço no interior de um parque urbano público enquanto espaço social complexo, ampliando o entendimento das dinâmicas organizacionais para além dos limites tradicionais do *mainstream* administrativo. Essa escolha deliberada representa um desvio

das abordagens convencionais que frequentemente priorizam grandes organizações ou modelos de gestão hegemônicos. Ao focar em um espaço urbano, o estudo se posiciona às margens do conhecimento hegemônico, que tende a desconsiderar as mudanças sociais significativas e a complexidade das formas organizacionais que se manifestam de maneiras variadas ao longo do tempo e do espaço, moldadas por modelos de compreensão influenciados por saberes dominantes.

Embora o conceito de heterotopia, conforme explorado por Foucault (2013), tenha sido amplamente mobilizado para descrever espaços de exceção e ruptura dentro da malha urbana, muitos estudos, como o de Calle e Abella (2021) e Giacomini e Lima (2024), permaneceram na esfera descritiva, sem aprofundar como tais espaços são produzidos, apropriados e tensionados no cotidiano. Nesse artigo, adotamos uma leitura das heterotopias em diálogo com Lefebvre (1974), ao compreendermos o espaço urbano como uma produção social em constante disputa entre o concebido, o vivido e o percebido, e com De Certeau (1994), ao identificarmos práticas táticas que desestabilizam as estratégias normativas das instituições. Assim, não tomamos as heterotopias apenas como reações pontuais a políticas públicas, mas como expressões de práticas organizativas menores, administrações menores, que criam fissuras e ressignificações no interior da própria lógica urbana de controle.

Ao adotarmos esse enquadramento teórico, buscamos avançar em relação a abordagens que tratam os espaços públicos como cenários passivos de ordenamento institucional. Analisamos o espaço localizado no interior de um parque urbano como um lugar em que estratégias e táticas se confrontaram continuamente, revelando práticas cotidianas que escaparam à normatividade e instauraram usos múltiplos e insurgentes do espaço. As heterotopias emergiram, portanto, da tensão entre as formas institucionais de gestão e as práticas criativas dos sujeitos urbanos – tensionando o instituído, abrindo margem para a invenção do comum e revelando a cidade como um campo em disputa, marcado por resistências, contradições e deslocamentos simbólicos.

A análise dos processos de produção e organização dos espaços sociais revela uma perspectiva rica sobre a construção coletiva e subjetiva do mundo que habitamos. Esse processo é intrinsecamente vinculado às relações sociais que, simultaneamente, produzem e (re)constroem os espaços ao longo do tempo. Utilizando a tríade “concebido-percebido-vivido” de Lefebvre, foi possível relacionar esses processos à noção de heterotopias, conforme trabalhada por Foucault. Esses espaços, de algum modo, subvertem a ordem estabelecida, criando outras relações antes não imaginadas. As heterotopias representam os espaços que subvertem as classificações previamente estabelecidas (o “concebido”). Ali não cabem as normas dominantes, permitindo que as instabilidades e contradições da esfera social são iluminadas (o “percebido” e o “vivido”). Teóricos sociais, geógrafos e estudiosos das organizações já encontram o potencial das heterotopias como um conceito, valendo-se da possibilidade que ele dispõe de ultrapassar os limites analíticos impostos que transcendem o campo da geografia, além de permitir leituras sobre a lógica de ordenamento espacial.

Desde a conceituação inicial proposta por Foucault, o conceito de heterotopia tem sido expandido por diversos estudiosos, que acrescentaram perspectivas e interpretações únicas. Essa evolução teórica, abrangendo desde a formulação foucaultiana até os discursos contemporâneos sobre práticas espaciais e intervenções urbanas, evidencia a natureza multifacetada das heterotopias e sua relevância para compreender as complexidades do design e do uso de espaços públicos (Tekinalp & Şentürer, 2024). O artigo, inserido nesse panorama, propõe uma reflexão sobre

como as contracondutas, no contexto organizacional, podem ser exploradas. O exercício de (re)pensar práticas individuais e organizacionais nesse campo de estudo possibilita reavaliar e questionar formas de conhecimento anteriormente incontestadas ou pouco examinadas nas análises dos fenômenos organizacionais. Ao estudar as manifestações heterotópicas, buscamos fornecer, a partir de contribuições teóricas significativas das Ciências Sociais Aplicadas, subsídios para compreender como indivíduos, grupos e formas de uso dos espaços se posicionam contra as estruturas impostas. Essas análises contribuem para um entendimento mais profundo da construção social dos lugares.

Nesse trabalho, adotamos a abordagem arqueo-genealógica e analítica foucaultiana como principal referencial teórico-metodológico, em diálogo com os aportes de Lefebvre (1974) e De Certeau (1994), cujas teorias foram mobilizadas como categorias analíticas para a compreensão da constituição dos espaços sociais. Demonstramos que momentos decisivos, conflitos, confrontos e resistências emergem ao longo da história por meio de discursos, configurando um conjunto de proposições que se diferenciam de regras fixas ou teoremas abstratos. Essas proposições são compreendidas a partir dos elementos e discursos que moldam as sociedades, presentes no corpus constituído. Os elementos identificados, organizados a partir de um arquivo, serviram como ponto de partida para as análises, permitindo a formação de conjuntos específicos de saberes que se distanciam de modelos universais e totalizantes.

As contribuições de Lefebvre (1974) enriquecem essa análise ao propor que o espaço é uma produção social marcada por descompassos entre o concebido, o vivido e o percebido, evidenciando as múltiplas formas de apropriação e os sentidos atribuídos aos espaços urbanos pelos sujeitos sociais. Já De Certeau (1994) permite apreender a tensão entre estratégias, atreladas às estruturas de poder e à institucionalização do espaço, e táticas, práticas cotidianas que, ao se apropriarem de brechas no sistema, operaram como desvios, resistências e ressignificações no uso dos espaços. Ambas as contribuições são fundamentais para compreender como os espaços são (re)produzidos no embate entre ordem e transgressão, entre controle e criatividade social.

Complementarmente, e em consonância com as discussões aqui desenvolvidas, vale destacar os estudos de Vaujany e Vaast (2013), que oferecem uma crítica consistente às abordagens tradicionais que concebem o espaço como um contêiner fixo, neutro, morto e imóvel. Em contraponto, esses autores propõem uma compreensão do espaço como processo dinâmico e performativo (*spacing*), constituído a partir de um entrelaçamento contínuo entre elementos materiais e sensíveis (arquitetura, objetos, sons, memórias, narrativas e experiências corporais) que, juntos, participam da (re)constituição do espaço em sua dimensão viva e instável. Embora não tenha sido utilizado como categoria analítica central nesse estudo, esse aporte teórico contribui para reforçar a leitura do espaço como construção relacional e contingente, mediada pela prática e pela corporeidade cotidiana. Tal entendimento permite reconfigurar suposições convencionais sobre materialidade e evidencia os múltiplos, emergentes e mutáveis arranjos organizacionais e sociais que conformam a espacialidade.

Ao dialogar com a noção de heterotopia, essa perspectiva amplia a compreensão de que os “espaços outros”, tal como formulados por Foucault (2013), não apenas se distinguem por sua função simbólica ou desvio social, mas também por sua forma de materialização sensível e prática, constantemente atravessada por disputas de significação e usos não hegemônicos. Assim, as manifestações heterotópicas podem ser observadas não apenas enquanto desvios dentro de uma

ordem espacial dominante, mas como efeitos de práticas que transbordam a normatividade instituída, constituindo-se em arranjos provisórios, corporificados e plurais. A crítica de Vaujany e Vaast (2013), ao propor a análise dos modos como o espaço é “vivido” e performado nas interações sociais, oferece, portanto, uma lente complementar potente para refletir sobre as condições de emergência e sustentação das heterotopias analisadas nesse trabalho.

O Parque não se materializou conforme o planejamento original. Muitas das construções previstas nunca foram concretizadas, e algumas acabaram sendo destruídas ao longo do tempo. O projeto inicial apresenta diferenças marcantes em relação ao que é percebido atualmente. No entanto, como discutido aqui, essas alterações não diminuíram sua relevância. Pelo contrário, o Parque mantém um valor histórico e cultural notável, tornando-se, com o passar do tempo, um espaço emblemático e significativo para a comunidade de Belo Horizonte. Apesar de seu desenvolvimento ter tomado rumos distintos do plano original, o Parque emergiu como uma heterotopia no contexto urbano de Belo Horizonte. Transformou-se em um espaço com múltiplos significados e formas de uso diferenciadas, refletindo a complexa evolução histórica e cultural da cidade, demonstrada em nosso artigo a partir da chamada “Casa do Zelador”. Suas mudanças físicas e funcionais, embora evidenciem os desvios em relação aos ideais concebidos, também simbolizam a capacidade de adaptação e ressignificação do espaço por parte da população. Ele se apresenta como um contraponto à estrutura e à lógica ordinária dos centros urbanos.

As diversas manifestações analisadas, desde a fundação do Parque e a instalação das dependências do zelador até a demolição de um Colégio de grande relevância histórica em Belo Horizonte, apontam para as “estratégias” inerentes às estruturas de poder que permeiam a gestão do Parque Municipal. Essas heterotopias revelam que as “táticas”, contracondutas e desvios sociais atuam como formas micropolíticas de resistência às práticas dominantes de controle. As diferentes formas de apropriação do espaço, ao longo das últimas décadas, evidenciam a natureza transgressora e mutável do lugar, caracterizado por movimentos e interações que desafiam as normas previamente definidas. Assim, o artigo transcende a história física do Parque, abordando sua evolução enquanto lócus de práticas heterotópicas produzidas nos estilos de governança e nas significações atribuídas a esse espaço urbano.

Confirmando o distanciamento dos estudos convencionais, reafirmamos o compromisso em contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos que ampliem a compreensão do que significa administrar. Tal como proposto por Silva e Carrieri (2022) e Saraiva (2023), ao explorar as particularidades da vida social organizada, evidenciamos que a Administração ultrapassa o gerenciamento de capital, abrangendo as diversas formas e subjetividades que moldam as histórias das organizações. As reflexões apresentadas, em consonância com os estudos sobre a administração menor, como explorado por Martins, Corrêa e Carrieri (2023), Martins (2021) e Carrieri e Correia (2020), confirmam a importância dos processos sociais e organizacionais focados nos contextos locais e particulares. Além disso, demonstram as práticas sociais variadas, plurais e complexas, como as manifestações heterotópicas, que oferecem uma nova perspectiva sobre as interações e dinâmicas nos espaços organizacionais.

Inspirados em Deleuze e Guattari (1996), ao explorarem o conceito de literatura menor, nossa pesquisa também contribui para a expansão das perspectivas dentro e sobre a Administração, propondo uma abordagem que se distancia das forças funcionalistas e utilitaristas. O estudo de lugares outros, desviantes, demonstra uma forma de gerir em meio a um panorama complexo,

ambíguo e contraditório, aspectos que caracterizam as nossas vidas. A pesquisa científica no campo das Ciências Sociais Aplicadas, como a Administração, deve se referenciar na realidade. O que caracteriza esse estudo, em comparação a uma investigação essencialmente utilitarista, é que ele não pressupõe a existência de uma realidade predefinida. Ele não se limita à visão de que a gestão organizacional se baseia exclusivamente na busca incessante por lucros. Reconhece e valoriza abordagens que analisam a realidade, as dinâmicas das práticas, as significações culturais e identitárias que os sujeitos atribuem a si e às instituições, e as relações que se estabelecem nessa inserção dos sujeitos nos espaços sociais. Essas dimensões, em conjunto, formam um todo complexo permeado por manifestações heterotópicas. *Lócus* em que buscamos perceber “práticas subversivas, indisciplinadas às normas produtivas, para que essas resgatem potência de vida e criação nas quais a esperança já não mais existe” (Martins, Corrêa, & Carrieri, 2023, p. 5).

Portanto, ao analisar o percurso histórico do Parque Municipal e, em especial, uma área do seu interior continuamente sobreposta por camadas, identificamos a relevância de desenvolver trajetos e métodos experimentais alternativos para lidar com as expectativas e anseios dominantes, os quais exercem influência significativa na vida dos indivíduos. O conceito de heterotopia, assim, possibilita-nos refletir sobre a realidade do espaço social formado por aqueles que moldaram a história do Parque, considerando a representação dos locais que emergem das interações na sociedade. Além disso, corroborando as considerações de Hernández e Marques (2022), contribuimos para ampliar a receptividade ao que é diferente e ao modo como criamos oportunidades para desvelar novos espaços e relações que emergem da interseção entre as diversas práticas diárias. O campo de pesquisa analisado transcende o espaço físico de interação com as pessoas e os seus ambientes imediatos, abordando também a dimensão heterotópica que ultrapassa os limites espaciais do estudo.

Distanciando de uma possível visão generalista, estudamos em nossa pesquisa um parque urbano público e, mais especificamente, um espaço dentro dele. Por isso, propomos a ampliação do estudo para incluir outros parques e seus percursos históricos, *menores* e heterotópicos, seja na capital mineira ou em outras regiões do país. Sugerimos também, no âmbito dos estudos organizacionais, novas pesquisas que relacionem a gestão desses espaços multifacetados e como ela ocorre em meio a mecanismos que subvertem a ordem estabelecida, explorando suas particularidades numa narrativa não linear.

Nesse sentido, reiteramos que as análises aqui realizadas “não esgotam ou reduzem a multiplicidade, diversidade, polifonia e singularidade” (Martins, 2021, p. 186) de vivências e experiências das pessoas que constroem o parque em seu cotidiano. Ao invés disso, alinhados à proposta de um *administração menor*, é desejo que esse trabalho contribua para 1) desterritorializar, transvalorar, reinventar, transformar o que se entende por parque e as suas possibilidades de gestão; 2) criar outras ramificações políticas, ampliando percepção crítica de como a administração tradicional está atrelada à construção da subjetividade capitalística; e 3) lançar mão de novos agenciamentos coletivos de enunciação, que ampliem as possibilidades de futuro daquele espaço.

A título de conclusão, ressaltamos então as contribuições do conceito de administração menor em três grandes esferas: no que tange aos Estudos Organizacionais como um todo, nos estudos organizacionais que se dedicam a estudar os espaços públicos, com maior ênfase nas cidades, e, mais especificamente, aos estudos sobre gestão ordinária.

No que se refere aos Estudos Organizacionais, o estudo do menor ressalta a emergência do olhar para a realidade local, onde estão de fato “os praticantes” (Stengers, 2018). E, nesse sentido, contribui com o conceito de gestão ordinária, nesse campo enraizado. Os lugares privilegiados, as posições de destaque e as práticas amplamente difundidas na “administração maior” dão lugar à vida ordinária do homem comum, das coisas, até então, insignificantes, e que apontam para possibilidades de resistência.

Sobre os estudos relacionados ao campo da urbes, contribuímos com o detalhamento de práticas no parque. Buscamos problematizar e apontar as especificidades desse lugar de encontro, sobreposição e multiplicidade, ampliando os olhares para a diversidade de mundos possíveis, conectando nossos saberes, fazeres e práticas enquanto sul-global (Carrieri & Correia, 2020) aos modos de vivenciar a vida organizada nas cidades

No que se relaciona ao conceito de gestão ordinária sem si, o enfoque do “menor”, dá maior visibilidade a estratégias concretas de resistência e de sobrevivência de pessoas comuns e reais, deixando de lado criações distantes e abstratas das possibilidades materiais da vida efetiva. E, assim, pesquisadores e estudiosos da área dos Estudos Organizacionais podem contribuir de fato com a melhoria da qualidade de vida de uma parte da população geralmente esquecida pelos estudos que focam nos grandes fatos, grandes administrações.

A administração menor propõe algo diferente da ideia de gestão ordinária. A administração menor, dentro do cotidiano, busca ressaltar as fissuras, os pontos de fuga, as invenções das pessoas comuns. Ela foca as estratégias inusitadas, inventadas por esta população vaga-lume. Nesse interim, tendo o parque como *locus* de interesse, buscamos evidenciar “às pequenas imitações, aposições, invenções, matéria sub-representativa” (Deleuze & Guattari, 1996, p. 90); ao que vaza, ao que foge, ao que escapa às organizações binárias e funcionalistas, ao que escapa à colonização de nossas forças vitais de criação e transcrição nas relações micropolíticas do cotidiano (Deleuze & Guattari, 1996).

Por fim, acreditamos ter alcançado o objetivo proposto, ou seja, analisar e verificar as possibilidades heterotópicas imbricadas nas transformações ocorridas ao longo da história no interior do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Em especial, identificamos aquelas perceptíveis no local originalmente ocupado pelo seu zelador, em meio às reconfigurações dos mecanismos de governo vigentes e aos desvios diante das malhas do poder que compõem esse lugar.

## Referências

- Aquino, J. G., & Val, G. M. (2018). Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. *Pedagogía y Saberes*, 49, 41-53.
- Arruda, R. P. (2012). Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX. *Revista de História Comparada*, 6(1), 85-113.
- Ávila, C. (1997). Guignard, as gerações pós-Guignard e a consolidação da modernidade. In M. A. Ribeiro & F. P. Silva (Eds.), *Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte* (pp. 168-240). Belo Horizonte: C/Arte.

- Barreto, A. (1996). *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Recuperado de: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53259>
- Barros, A. (2023). Researching with records in management and organisation studies: Archives, data corpus, and reflexivity. In S. Decker, W. M. Foster, & E. Giovannoni (Eds.), *Handbook of historical methods for management*. Edward Elgar Publishing.
- Brantner, C., Rodríguez-Amat, J. R., & Belinskaya, Y. (2021). Structures of the public sphere: Contested spaces as assembled interfaces. *Media and Communication*, 9(3), 16-27.
- Burrell, G., & Dale, K. (2014). Space and organization studies. In P. Adler, P. du Gay, G. Morgan, & M. Reed (Eds.), *The Oxford handbook of sociology, social theory, and organization studies: Contemporary currents* (pp. 465-484). Oxford University Press
- Calle, J. L. G., & Abella, O. M. (2021). (Otras) territorialidades del patrimonio: los espacios heterotópicos de la ciudad histórica. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 13, e20200166.
- Çalışkan, O., Cihanger Ribeiro, D., & Tümtürk, O. (2020). Designing the heterotopia: from social ideology to spatial morphology. *Urban Design International*, 25, 30-52.
- Carrieri, A. P., & Correia, G. F. A. (2020). Estudos organizacionais no Brasil: construindo acesso ou replicando exclusão? *Revista de Administração de Empresas*, 60, 59-63.
- Carrieri, A., Perdigão, D. A., Martins, P. G., & Aguiar, A. R. C. (2018). A gestão ordinária e suas práticas: O caso da Cafeteria Will Coffee. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12, 1-13.
- Carrieri, A., & Correia, G. (2020). Estudos organizacionais no Brasil: Construindo acesso ou replicando exclusão? *Revista de Administração de Empresas*, 60(1), 59-63.
- Cedro, M. (2007). A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para sua ação nos anos 1950 e 1960. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, 9(14), 127-142.
- Chaves, A. P. N., & Aquino, J. G. (2016). Rastros de uma heterotopia urbana: o caso do Parque Ibirapuera, SP. *ETD: Educação Temática Digital*, 18(4), 802-819.
- Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). (1992). *Parque Municipal, crônicas de um tempo*. Belo Horizonte.
- Cnossen, B., de Vaujany, F.-X., & Haefliger, S. (2020). The Street and Organization Studies. *Organization Studies*, 42(8), 1337-1349.
- Correia, G. F. A., & Carrieri, A. P. (2019). Cotidiano de negócios familiares em Matozinhos/MG. *Economia & Gestão*, 19(52), 101-117.
- Cranz, G. (2000). Changing roles of urban parks: from pleasure garden to open space. *SPUR Newsletter Calendar, Report*, 386.
- Dacin, M. T., Zilber, T. B., Cartel, M., & Kibler, E. (2024). Navigating Place: Extending perspectives on place in organization studies. *Organization Studies*, 45(8), 1191-1212
- De Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.

- Decker, S. (2013). The silence of the archives: Business history, post colonialism and archival ethnography. *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1977). *Kafka: Por uma literatura menor*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). Micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze, & F. Guattari, *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (A. Guerra Neto, A. L. de Oliveira, L. Cláudia, & S. Rolnik, Trans., Vol. 3, pp. 83-115). São Paulo, SP: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2002). *Kafka: por uma literatura menor* (J. C. Guimarães, Trans.). Lisboa: As-sírio & Alvim.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições.
- Fujimori, D. A. S., & Ichikawa, E. Y. (2023). Práticas cotidianas e processos de territorialização: Dando visibilidade à informalidade vivenciada nos semáforos. *Gestão & Regionalidade*, 39, 1-17.
- Galera, I., & Garcia, P. B. (2017). Alegorias do tempo: uma reflexão sobre a transformação da paisagem do Parque Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. *XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*.
- Gallo, S. (2015). Pensar a escola com Foucault: além da sombra da vigilância. In A. Carvalho & S. Gallo (Eds.), *Repensar a educação. 40 anos após Vigiar e Punir* (pp. 427-449). São Paulo: Editora Livraria da Física.
- Giacomini, C. R. M., & Lima, W. M. (2024). O planejamento urbano inclui as travestis e transexuais? Direito à cidade e a população travesti e transexual. *Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade*, 8(30).
- Góis, A. J. (2003). *Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significações* (Master's thesis, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- Gomes, R., Cardoso, S. P., & Domingues, F. F. (2021). A (re)produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: Que cidade é essa? *Gestão & Regionalidade*, 37(111).
- Gouvêa, J. B., Cabana, R. P. L., & Ichikawa, E. Y. (2018). As histórias e o cotidiano das organizações: Uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5, 297-347.
- Hernández, E. B. R., & Marques, Â. C. S. (2022). Experiências heterotópicas nas trajetórias de imigrantes cubanos: pistas de uma pesquisa de campo. *Revista Extraprensa*, 15(2), 7-35.
- Julião, L. (2011). Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. *História (São Paulo)*, 30, 114-147.
- Kahraman, M. D., Pak, B., & Scheerlinck, K. (2018). Production of heterotopias as public spaces and paradox of political representation: A Lefebvrian approach. *A/ Z ITU Journal of the Faculty of Architecture*, 15(1), 135-145.
- Klozovski, M. L., Ichikawa, E. Y., & Angnes, J. S. (2024). A gestão ordinária na comunidade quilombola Paiol de Telha no Paraná: Memórias das lideranças sobre as práticas cotidianas antes da expulsão do território. *Organizações & Sociedade*, 1-32.



- Lashchuk, I. (2024). Heterotopias of Citizenship as Spaces of Otherness: The Fluid Boundaries Between We and They. *Journal of Applied Youth Studies*, 7(1), 47-63.
- Lazăr, D. M. (2023). Michel Foucault and the “heterotopic space”. *New Perspectives on Multiculturalism: Literature and Dialogue*.
- Lefebvre, H. (1974). *A produção do espaço*. Paris: Armand Colin.
- Leone, L. (2023). Is There Still a Place for Space in Organization Studies? *Journal of Management Inquiry*, 32(4), 338-342.
- Lipartito, K. (2014). Historical sources and data. In M. Bucheli & R. D. Wadhvani (Eds.), *Organizations in time: History, theory, methods*. Oxford University Press.
- Magalhães, F. N. C. (2015). A dimensão simbólica na cidade neoliberal: notas sobre a construção de subjetividades na produção social do espaço do neoliberalismo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 17(1), 11-22.
- Martins, P. G., Corrêa, M., & Carrieri, A. (2023). For a minor administration: The case of the Bailinho da Tia Naná. *Organizações & Sociedade*, 30(105), 329-359.
- Martins, L. M. (2021). *Performances do tempo espiralado, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Minas Geraes. (1900). *Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1899-1900-Bernardo-Pinto-Monteiro.pdf>
- Morando, L. (2012). *Paraíso das maravilhas: uma história do Crime do Parque*. Fino Traço.
- Muzzio, D. & Muzzio-Rentas, J. (2008). A kind of instinct: the cinematic mall as Heterotopia. In M. Dehaene, & L. De Cauter (eds), *Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society*. London and New York: Routledge.
- Paula, D., & Caser, K. C. (2020). Usos e desusos dos parques urbanos: um panorama sobre suas origens, tipos e usos. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, 8(63).
- Sancino, A., Scognamiglio, F., Corvo, L. et al. (2024). Institutionalizing experimental places for inclusive social innovation: From utopias to heterotopias. *Voluntas*, 35, 240-252.
- Santos, P. et al. (2023). Lazer, turismo e qualidade de vida em parques urbanos: uma reflexão sobre os impactos da pandemia no Parque Ecológico do Tietê. *Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, 15(2).
- Santos, T. B., Nascimento, A. P. B., & Regis, M. M. (2019). Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (GeAS)*, 8(2).
- Saraiva, L. A. S. (2019). Os estudos organizacionais e as cidades. In L. A. S. Saraiva & A. G. Enoque (Orgs.), *Cidades e estudos organizacionais: Um debate necessário*. Barlavento.
- Saraiva, L. A. S. (2020). Diferenças e territorialidades na cidade. In L. A. S. Saraiva & A. S. R. Ipiranga

(Orgs.), *História, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Barlavento.

- Saraiva, L. (2023). Cidades, tecnologias, diferenças e vida social organizada: Passos de uma agenda integrada. In L. Saraiva, A. Carrieri et al. (Orgs.), *Estudos organizacionais e sociedade*. Editora Fi.
- Saraiva, L. A. S., & Silva, E. J. F. (2024). Planejamento urbano e invisibilização racial em Belo Horizonte, Brasil. *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 10(1),
- Sarayed-Din, L. F. L., & Saraiva, L. A. S. (2024). Urbanismo(s) e informalidad(es) en Río de Janeiro, Brasil. *Revistas de la Universidad de Valladolid*, 27, 75-90.
- Shane, D. G. (2008). Heterotopias of illusion: from Beaubourg to Bilbao and beyond. In M. Dehaene, & L. De Cauter (eds), *Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society*. London and New York: Routledge.
- Silva, F. & Carrieri, A. (2022). Repensar "Organizações e Sociedade" a partir das escrevivências: Por uma gestão das e nas lacunas. *Organizações & Sociedade*, 29(101), 394-422.
- Simão, K. M. C. (2012). *Fringe belts como elementos estruturadores da paisagem: o caso de Belo Horizonte/MG*.
- Stengers, I. (2018). A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (69), 442-464. doi:10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464
- Stephenson, K. A., Kuismin, A., Putnam, L. L., & Sivunen, A. (2020). Process studies of organizational space. *Academy of Management Annals*, 14(2), 797-827.
- Tekinalp, S. & Şentürer, A. (2024). Evaluating public spaces through the concept of other: A heterotopic approach. *Journal of Design for Resilience in Architecture and Planning*, 5(1), 1-17.
- Tennent, K., & Gillett, A. (2023). How to research in an archive. In S. Decker, W. M. Foster, & E. Giovannoni (Eds.), *Handbook of historical methods for management*. Edward Elgar Publishing.
- Valverde, R. R. H. F. (2009). Sobre espaço público e heterotopia. *Geosul*, 24(48), 7-26.
- Vaujany, F. X., & Vaast, E. (2014). If these walls could talk: The mutual construction of organizational space and legitimacy. *Organization science*, 25(3), 713-731.
- Waring, J., & Bishop, S. (2018). Transforming professional and service user identities in the heterotopian 'hybrid spaces' of public-private partnerships. *Policy & Politics*, 46(4), 663-679.

## Financiamento

O(s) autor(es) não receberam apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

## Agradecimentos

Os autores agradecem à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e ao CEPEAD/FACE/UFMG pela organização e pelo apoio institucional, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

## **Autoria**

### **Marcos Paulo de Oliveira Corrêa**

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto na SKEMA Business School.

E-mail: mpocorrea@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7186-6624>

### **Paula Gontijo Martins**

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora na Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha.

E-mail: pgontijomartins@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6111-0065>

### **Gabriel Farias Alves Correia**

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto na Universidade Federal Fluminense.

correia gabriel@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8534-0543>

### **Alexandre de Pádua Carrieri**

Professor Titular da UFMG. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: alexandre@face.ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8552-8717>

## **Conflito de interesses**

Os autores informam que não há conflito de interesses.

## **Linguagem inclusiva**

Os autores usam linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

## Contribuição dos autores

**Marcos Paulo de Oliveira Corrêa:** concepção (líder), curadoria de dados (líder), análise formal (líder), investigação (líder), metodologia (líder), administração do projeto (líder), recursos (líder), supervisão (líder), validação (líder), visualização (líder), redação – rascunho original (líder), redação – revisão e edição (líder).

**Paula Gontijo Martins:** concepção (apoio), curadoria de dados (apoio), análise formal (apoio), investigação (apoio), metodologia (apoio), administração do projeto (apoio), recursos (apoio), supervisão (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (igual).

**Gabriel Farias Alves Correia:** concepção (apoio), curadoria de dados (apoio), análise formal (apoio), investigação (apoio), metodologia (apoio), administração do projeto (apoio), recursos (apoio), supervisão (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (igual).

**Alexandre de Pádua Carrieri:** concepção (igual), curadoria de dados (igual), análise formal (igual), investigação (igual), metodologia (igual), administração do projeto (igual), recursos (igual), supervisão (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (igual).

## Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

## Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

*A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).*



*Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional*